



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 039

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE MAIO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Waldir Leite
PSB .....	Ratinho Júnior
PSC .....	Mauro Moraes

## Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes; Sem Partido: Rafael Greca

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 039ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
27 DE MAIO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Natálio Stica, secretariada pelos senhores deputados Barbosa Neto e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 009/2003

Curitiba, 20 de maio de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a manter, nos mesmos valores e condições, o pagamento das vantagens previstas nas Leis nºs 13.627, de 11 de junho de 2002 e 13.629, da mesma data.

Trata-se de benefício concedido através das referidas leis, pela assiduidade e eficiência demonstradas pelos funcionários e servidores que militam no Magistério Público Estadual. Portanto, a presente proposição é indiscutivelmente justa e oportuna, eis que, mais uma vez expressando reconhecimento ao nobre trabalho do pessoal do magistério, virá ensejar condições no sentido de que os benefícios concedidos pelas referidas leis para períodos certos e já transcorridos, não venham a ser interrompidos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a manter, nos mesmos valores mensais e requisitos para concessões, o pagamento das vantagens previstas nas Leis nºs 13.627 e 13.629, ambas de 11 de junho de 2002.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2003.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 010/2003

Curitiba, 20 de maio de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao inciso II, do artigo 18, da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002 (Lei do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE) e regulamentar a concessão do “Adicional de Vão” aos Agentes de Aviação, do referido quadro.

A medida ora proposta consubstancia o resultado de estudos feitos pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, com a colaboração das Secretarias do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL e da fazenda - Sefa, os quais me foram apresentados através do protocolo nº 5.566.287-8, com a justificativa adiante transcrita:

“Considerando as disposições incertas na Lei 13.666, de 05 de julho de 2002, sobre o pagamento de vantagens pecuniárias aos integrantes das várias carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, este projeto de lei tem a finalidade de alterar o conceito da vantagem Adicional de Vão e de fixar o valor da mesma,

prevista no inciso II do artigo 18 e regulamentar sua aplicação, conforme o § 1º do artigo 18 e §§ 2º e 3º do artigo 30, o qual é específico para a carreira de Agente de Aviação, com a denominação de Adicional de Vôo.

A metodologia adotada para a fixação do valor leva em consideração as vantagens atualmente, percebidas, incorporando-as sob uma única vantagem, de forma a preservar a remuneração atualmente percebida pelos servidores.

O conceito dessa vantagem, para o presente caso, é o de natureza permanente e exclusiva para integrantes desta carreira, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco da atividade de vôo e também para transporte de fêretros, resgates, transporte de apenados e órgãos para transplantes, sendo incompatíveis com horas extras e incorporável para todos os efeitos legais.

A proposição do cálculo, para o Adicional de Vôo, considera valores absolutos, divididos em duas parcelas: uma fixa, de valor único, recebida independentemente do ato de voar, de forma a compensar a atual atribuição de vantagens sem o devido embasamento legal e pela permanente disponibilidade para a atividade de vôo; outra parcela variável, com duas frações absolutas.

A fração relativa às horas de Vôo Diurno e Vôo Noturno/Finais de Semana serão pagas somente com a efetivação do vôo, sendo computadas as suas médias para incorporação na aposentadoria.

Assim, a composição da remuneração do Agente de Aviação passará a ser composta de:

- 1) Vencimento base;
- 2) Adicional por Tempo de Serviço (incidente apenas sobre o vencimento base);
- 3) Adicional de Vôo, sobre o qual também incidirão cálculos previdenciários e a incorporação na inatividade; e
- 4) Gratificação de assiduidade.

Essa situação implicará em uma redução de quantidade de registros na administração do sistema de folha de pagamento e importará em acréscimo de aproximadamente R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais) mensais aos cofres públicos, para esta carreira.

O ganho nessa sistemática é que as horas de vôo passam a compor a base de cálculo previdenciário assim como a parcela fixa, sendo incorporáveis na inatividade.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O inciso II, do artigo 18, da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002, passa a ter a seguinte redação:

“II - Adicional de Vôo - AAV: retribuição financeira fixada em valor, em duas parcelas, sendo uma fixa

de natureza permanente e outra variável, para o cargo de Agente de Aviação, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida da atividade de vôo, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais”.

Art. 2º - A aplicação da vantagem de que trata o artigo anterior é relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida da atividade de vôo, bem como ao transporte de fêretros, busca e salvamento, transporte de órgãos para transplante, transporte de detidos ou apenados e transporte de enfermos.

Art. 3º - A estrutura da vantagem adicional de Vôo será de duas parcelas: uma fixa, no valor de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) e outra variável, composta de duas frações;

I - uma fração no valor de R\$50,00 (cinquenta reais), relativa ao valor de uma hora no período diurno; e

II - uma fração de R\$75,00 (setenta e cinco reais), relativa ao valor de uma hora de vôo no período noturno e de finais de semana.

Parágrafo Único - O valor da parcela variável deverá ser pago multiplicando-se o número de horas voadas pelo valor da fração a elas correspondentes, somente quando o vôo se efetivar.

Art. 4º - A quantidade de horas máximas que cada Agente de Aviação poderá desempenhar fica limitada em 20 (vinte) horas mensais para os vôos no período diurno e 10 (dez) horas mensais para os vôos no período noturno e finais de semana.

Art. 5º - A concessão de Encargos Especiais Gratificações pelo Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva e as vantagens previstas para cargos de provimento em comissão, deverão obedecer ao disposto nos incisos V e VI e parágrafos 3º e 4º do artigo 15 e parágrafo 2º do artigo 18, da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

Art. 6º - Ao servidor que estiver recebendo a vantagem regulamentada por esta lei, não poderão mais ser atribuídas outras vantagens sob o mesmo título ou fundamento.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 011/2003

Curitiba, 23 de maio de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir, no âmbito do Estado do Paraná e sob a coordenação da Secretaria de

Estado da Justiça e da Cidadania, a Semana Estadual de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, a realizar-se na última semana do mês de junho de cada ano.

A medida legal ora proposta é, sem qualquer sombra de dúvida, da maior importância e de elevado sentido social, eis que possibilitará, a todas as Secretarias de Estado e outros órgãos públicos, realizarem ações conjuntas e esforços concentrados buscando minorar os efeitos do mal que mais aflige a sociedade brasileira: o uso indevido de drogas.

O Governo do Estado, preocupado em que os órgãos de sua estrutura, façam atualmente campanhas e adotem medidas efetivas com participação da sociedade organizada, visando estabelecer rumos seguros, eficientes e sempre atualizados, para sistemático combate ao consumo proibido de drogas, não só pelos malefícios à saúde mas, também, pelos decorrentes vínculos com a criminalidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito do Estado do Paraná, a Semana Estadual de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, que terá lugar na última semana do mês de junho de cada ano.

Art. 2º - Esta semana terá como objetivo congrega, planejar e implementar a política estadual antidrogas, sob a ótica da prevenção, de forma a diminuir e minimizar os efeitos decorrentes da utilização das drogas lícitas e ilícitas.

Art. 3º - A Semana Estadual de Prevenção ao uso Indevido de Drogas será coordenada pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, com a participação de todas as demais Secretarias de Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 012/2003

Curitiba, 23 de maio de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação do artigo 2º, da Lei nº 11.832, de 12 de setembro de 1997, que dispõe sobre doação do imóvel que especifica, do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, para o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar.

A medida em referência consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, mantendo inalterado o patrimônio da Fundepar, ensejará condições no sentido de que a Paraná Esporte, entidade estadual autárquica, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, possa instalar-se em tal imóvel e desenvolver com plenitude suas importantes atividades.

Demonstrando mais detalhadamente a conveniência e oportunidade desta proposição, segue adiante transcrito, expediente que me foi encaminhado pelo Titular da Secretaria de Estado da Educação:

“Encaminhamos a minuta de projeto de lei que altera o artigo 2º da Lei nº 11.832, de 12 de setembro de 1997, que determina a utilização do imóvel descrito no artigo 1º da referida lei exclusivamente para implantação da Universidade Livre do Esporte, e adota outras providências, para ser apresentado perante a Assembléia Legislativa, com a seguinte justificativa:

A Lei nº 11.832, de 12 de setembro de 1997, destinou a utilização do imóvel doado pelo IASP ao Fundepar para implantação da Universidade Livre do Esporte, não podendo ter destinação diversa, sob pena de tornar-se sem efeito a doação.

A Paraná Esporte constitui entidade autárquica do Poder Executivo, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, nos termos do Decreto nº 1.117, de 23 de abril de 2003.

Considerando a necessidade de um espaço físico para a instalação da Paraná Esporte, o princípio da indisponibilidade do interesse público impõe que o referido imóvel, para fins de implementação de projetos esportivos desenvolvidos pelo Estado do Paraná, seja utilizado por uma entidade de direito público interno, em detrimento de sua utilização pela Universidade Livre do Esporte, que é uma sociedade civil, com regime jurídico de direito privado”.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O artigo 2º, da Lei nº 11.832, de 12 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º será cedido à entidade autárquica Paraná Esporte, exclusivamente para suas instalações”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 13.522, de 11 de abril de 2002 e demais disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

**Ofícios:****OFÍCIOS**

Sob o nº GAB/SARC/130/2003, do senhor Hugo Vasconcelos, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo - substituto, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, comunicando a liberação dos recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand - Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 080/2003-AT, do senhor Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que pede esclarecimentos sobre a conclusão das obras de asfaltamento da rodovia que liga os municípios de Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu até Nova Prata do Iguaçu, na região Sudoeste do Estado. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

**Indicações:****INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Servimo-nos do presente para vir a V. Exa. indicar o nome do companheiro deputado Carlos Simões para a liderança da bancada do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro nesta augusta Casa.

Sem outro particular para o momento, subscrevemo-nos com protestos de apreço e respeitosa admiração.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(aa) CARLOS SIMÕES  
AILTON ARAÚJO  
JOCELITO CANTO

**INDICAÇÃO Nº 42/2003**

Exmo. Sr. Presidente da Sanepar:

O deputado estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

- propõe que a distribuição de água tratada e serviços de esgoto da cidade de Rio Branco do Sul, sejam realizados pela Sanepar.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

**JUSTIFICATIVA:**

A população da cidade de Rio Branco do Sul encontra-se desprovida de água tratada, em função do que acaba por ocorrer um grande número de incidência de doenças, visto que a proliferação das mesmas se dá pela falta de água devidamente tratada, quadro este que poderá facilmente ser mudado com o atendimento dado pela Sanepar.

Trata-se de previsão constitucional, expresso na Magna Carta em seu artigo 6º onde: "são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a

segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

Nestes termos, justifica-se o atendimento pela Sanepar para a cidade de Rio Branco do Sul.

**INDICAÇÃO Nº 43/2003**

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação:

O deputado estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

- a transferência do município de Cantagalo, que atualmente pertence ao Núcleo Regional de Ensino de Guarapuava para o Núcleo Regional de Ensino de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

**JUSTIFICATIVA:**

Cabe esclarecer que o município de Cantagalo encontra-se a uma distância de 80 km do atual Núcleo Regional de Ensino de Guarapuava, enquanto que em sendo transferido o município de Cantagalo para o Núcleo Regional de Ensino para a cidade de Laranjeiras do Sul, esta distância diminuirá para 30 km tão somente, o que acarretará, por consequência, em diminuição das despesas, mesmo porque existe ainda um posto de pedágio para chegar-se até Guarapuava, o que já não ocorre em relação a Laranjeiras do Sul.

Salienta-se ainda que tal modificação é fruto da aspiração dos envolvidos diretamente na educação da região, conforme Ofício nº 032/2003 em anexo, e desta forma, é a pura expressão da necessidade e mudança que almejam as lideranças em comum acordo.

**INDICAÇÃO Nº 44/2003**

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública:

O deputado estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - a implantação de um Posto de Atendimento do Corpo de Bombeiros com sede na cidade de Rio Branco do Sul;

2 - o Posto de Atendimento terá como competência territorial os municípios de Itaperuçu, Cerro Azul, Doutor Ulisses e Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

**JUSTIFICATIVA:**

Salienta-se que na região de Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Cerro Azul, Dr. Ulisses, não possuem o atendimento emergencial do Corpo de Bombeiros, e nas eventualidades que necessita-se de tal atenção, atualmente recorre-se ao Corpo de Bombeiros de Curitiba, o que fatalmente acarretará em prejuízos irreparáveis para a população daquela região.

Cabe ressaltar que as cidades envolvidas nesta indicação encontram-se, a mais distante, a aproximadamente 150 km de Curitiba, distância esta muito elevada quando se pensa em atendimento emergencial, por exem-

plo, na ocorrência de incêndios, pois até percorrê-la certamente muitas famílias terão seus bens e pertences perdidos pela ação implacável do fogo.

A população daquela região não pode ser esquecida por esta Assembléia Legislativa do Estado, pois assim como todos desejam estar amparados na eminência de catástrofes e de casos fortuitos, àquela região da mesma forma clama por um Posto de Atendimento do Corpo de Bombeiros que irá dar-lhes a segurança esperada nesta área de atuação.

Nestes termos, justifica-se a criação do Posto de Atendimento do Corpo de Bombeiros com sede na cidade de Rio Branco do Sul.

#### INDICAÇÃO Nº 45/2003

Exmo. Sr. Diretor da Paraná Esporte e Turismo:

O deputado estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

- propõe a criação de um ginásio de esportes na cidade de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### JUSTIFICATIVA:

A necessidade de construção de um ginásio de esportes na cidade de Rio Branco do Sul se faz urgente, pois a população daquela localidade encontra-se atualmente desprovida de aparatos nestes moldes, vale dizer, não existe nenhuma estrutura que possibilite ao morador de Rio Branco do Sul e região desenvolver atividades esportivas adequadas.

Trata-se de previsão constitucional, expressa na Magna Carta em seu artigo 6º, onde: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Nestes termos, justifica-se a construção de um Ginásio de Esportes na cidade de Rio Branco do Sul.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 1041

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/2003, que susta o Decreto nº 1247 do governador do Estado, datado de 2 de maio do corrente ano.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1049

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa da redação final para as pro-

posições constantes da Ordem do Dia, que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 1019

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, que com base no artigo 130, inciso IV, do Regimento Interno desta Casa de Leis, seja retirado o Projeto de Lei nº 258/2003, de sua autoria, ainda não analisado por nenhuma das Comissões.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1047

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto nos artigos 164, II e 167 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação nominal para o pedido de regime de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 004/2003.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1045

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja comunicado à Presidência desta Casa, a filiação ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) desde o dia 26 de maio do corrente.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(aa) VALDIR ROSSONI

LUIZ ACCORSI

NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1021

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, fazer uso do grande expediente desta Casa, na Sessão do dia 11 e junho de 2003, no horário regimental, para as entidades Fetraf-Sul e Sociedade Rural de Palmeira explanarem sobre a taxa confederativa, ou seja a taxa de contribuição sindical.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 1048

Senhor Presidente:

Pelo presente, venho REQUERER a V. Exa., espaço para uso da tribuna deste plenário, no Grande Expediente na Sessão Plenária de segunda-feira, dia 02 de junho por parte do reitor da Universidade Estadual de

Ponta Grossa, Sr. Paulo Godoi, para o mesmo falar a respeito do curso de Medicina naquela Universidade.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES  
JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1013

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar a família da Sra. Dulce Ângela Caleci Gonçalves, pelo seu falecimento.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Rua Dinamarca, 1.288 - Centro - CEP: 86180-970 - Cambé-PR.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### REQUERIMENTO Nº 1028

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar a família do vereador petista Claudivino Hilman, de Cerro Azul, que faleceu nesta data e tanto contribuiu com esse município.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Rua Praça Monsenhor Celso, 29, CEP: 83.570-000 - Cerro Azul-PR.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### REQUERIMENTO Nº 1030

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da funcionária deste Poder, Maria Aparecida Gomes (Cida), ocorrido dia 25/05/2003.

Requer outrossim que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No dia 25 último faleceu, aos 46 anos de idade, a Sra. Maria Aparecida Gomes (Cida).

A extinta deixa 02 filhos.

Cida pertencia ao quadro de funcionários deste Poder Legislativo. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este parlamentar.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos, e ao trabalho.

Sua família, a família que adorava despediu-se da amiga em lágrimas, dizendo que poderá repousar tran-

qüila, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Pedimos ao Todo-Poderoso que nossos amigos, familiares de Cida, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gomes endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 1032

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve o presente requerimento, vem REQUERER regimentalmente ao Plenário desta Casa, a aprovação para que sejam inseridos nos Anais da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento de Hélio Elpídio Zachow, na cidade de Marechal Cândido Rondon, no último dia 23 de maio.

Hélio Zachow pertencia a tradicional família rondonense. o seu passamento repentino veio abalar profundamente os seus estimados familiares, bem como o seu vasto círculo de amigos, entre eles este parlamentar.

O destino tirou-o o convívio de seus entes queridos, de seus amigos e da população de Marechal Cândido Rondon. Ele foi a figura simpática e o personagem símbolo da Oktoberfest (a festa de outubro), um dos grandes eventos festivos daquela cidade. Viveu como ninguém, a personificação do Opa Fass (Vovô Barril).

Sempre alegre, com um sorriso cativante, de barba branca e trajando roupa típica alemã, Hélio Zachow encantava a todos, divulgando Marechal Cândido Rondon em todo o País. Foram 16 anos de muito zelo e talento ao desempenho da função a qual se prontificou, contribuindo expressivamente para o sucesso da Festa do Chopp de Marechal Cândido Rondon.

Em que pese todo o seu valor e a expressão cultural com símbolo da Oktoberfest de Marechal Cândido Rondon, é preciso enaltecer os seus grandes valores de amor à família, de dedicação à esposa e aos filhos, de uma vida honrada ao trabalho. Qualidades que procurou cultivar da melhor maneira possível.

Também é necessário ressaltar que Hélio Zachow não só foi talentoso na arte de exercer o papel do Opa Fass. Como especialista em gastronomia, juntamente com a sua abnegada esposa e equipe, deliciou milhares de pessoas com a sua culinária especializada.

A sua memória já é marco na história de Marechal Cândido Rondon. A população muito entristecida com a sua morte prematura, terá sempre a carinhosa lembrança de Hélio Elpídio Zachow como a figura querida da Opa Fass e o homem que sabia cozinhar muito bem.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar, vem apresentar respeitosamente à família enlutada, na pessoa da Sra. Erica Zachow e filhos, a Rua Paraná, 654 - CEP: 85.960-000 Marechal Cândido Rondon-PR, os votos de profundo pesar pelo falecimento de

seu pranteado esposo e pai exemplar, rogando para o Altíssimo que conforte a todos.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 1044

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Castro Gomes, pai do vereador pelo município de Castro, Antonio Carlos Gomes, ocorrido dia 26 de maio passado.

Requer ainda, que após aprovada, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada: Rua 13 de Maio, nº 645, Centro, Castro-PR.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1010

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, diretor presidente do IAP - Instituto Ambiental do Paraná, solicitando a liberação da licença de instalação do Programa de Arrendamento Residencial - PAR, para o município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Programa de Arrendamento Residencial - PAR, vai atender 176 famílias de baixa renda no Bairro Afonso Pena, município de São José dos Pinhais.

Essa obra será realizada através da Secretaria de Habitação de São José dos Pinhais, em parceria com a Prefeitura Municipal e a Caixa Econômica Federal.

#### REQUERIMENTO Nº 1017

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado estadual da base do Governo, que este subscreve, solicita envio de expediente ao senhor secretário de Educação, professor Maurício Requião de Mello e Silva pedindo que se digne a determinar à Fundepar, a inclusão no seu plano de obras de urgentes reparos no Colégio Estadual Rio Branco, sito a Av. Bispo Dom José, 2426, nesta cidade de Curitiba, bairro do Seminário da Capital do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O referido colégio estadual, tradicional estabelecimento não foi contemplado nas reformas do Proem executadas no Governo Lerner. É estabelecimento de ensino de 64 anos de tradição com este nome, tendo já funcio-

nado anteriormente como Lyceu Rio Branco e com outros nomes, conforme antiga tradição curitibana como endereço de ensino.

O Colégio hoje é depreciado pela péssima pintura. Pela decadente quadra de esportes. O contraste com a vizinhança próspera do Batel e Seminário e com o Colégio Paranaense - da alta burguesia curitibana, ligado à próspera Ordem Marista - depõe contra o Governo Estadual e o ensino público. Estudam ali 1400 alunos do ensino médio, de nível de renda popular, muito bem orientados pela direção lúcida do professor Maurino Alves Monteiro, e de cerca de 50 valorosos professores estaduais que anelam tais reformas.

Dado no Palácio 19 de Dezembro, sede da Assembléia Legislativa, aos 26 dias de maio de 2003, nos 150 anos da emancipação do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1027

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano solicitando a execução dos asfaltos do Parque Residencial Professora Marieta, Jardim Maria do Carmo, Moradias Tibagi, em Londrina, no qual já foi solicitado pela Prefeitura Municipal. Esta é uma reivindicação antiga dessa comunidade e o asfalto irá contribuir com a qualidade de vida dessa população que há muito luta por esta obra.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Edifício Caetano Munhoz da Rocha - Centro Cívico - Curitiba-PR - CEP 80530-913.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### REQUERIMENTO Nº 1029

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Saúde solicitando a ampliação e a instalação da UTI - Unidade de Terapia Intensiva no Hospital da Zona Norte de Londrina. A implantação de uma unidade para recuperação de pessoas que sofrem de queimaduras, em Londrina, pois no Paraná, apenas 01 hospital (em Curitiba) atende pacientes neste estado.

O Ministro da Saúde, Humberto Costa afirmou em discurso que serão direcionados recursos para o Estado do Paraná para tais ações, portanto solicitando desta Secretaria uma atenção especial para a cidade de Londrina.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Secretaria da Saúde - Rua Piquiri, 170 - CEP 80230.140 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS



**REQUERIMENTO Nº 1043**

Senhor Presidente:

O deputado que a este subscreve, no uso de seus atributos constitucionais REQUER envio de expediente ao secretário estadual de Obras Públicas, senhor Luiz Dernizo Caron, visando a implantação de iluminação pública e residencial no Jardim Boa Esperança, bairro Guaraituba, município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 27.05.2003

(a) NATÁLIO STICA

**JUSTIFICATIVA:**

A prefeitura municipal de Piraquara já está regularizando os novos loteamentos do Jardim Boa Esperança e para que os moradores tenham infra-estrutura e qualidade de vida, um dos pré-requisitos é a existência da luz elétrica em suas casa, bem como da rede pública de iluminação, o que garante segurança e tranquilidade aos mesmos, no percurso feito nas ruas a caminho de suas casas ou trabalho.

É dever do Estado promover o bem estar social, e evitar a exclusão social, além disso, a implantação de tais benefícios sociais, vem de encontro com a ideologia do nosso Governador que tem como uma de suas metas de campanha levar luz elétrica à população de baixa renda e regiões afastadas, ignoradas pelo governo anterior.

**REQUERIMENTO Nº 1046**

Senhor Presidente:

O deputado estadual que a este subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, REQUER envio de expediente ao secretário estadual do Transporte, senhor Waldyr Pugliesi, visando a implantação de 28 quilômetros do asfalto da PR 151 que liga o município de São Mateus do Sul/PR ao município de Três Barras, na divisa com o Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) NATÁLIO STICA

**JUSTIFICATIVA:**

Tal pedido justifica-se pelos inúmeros transtornos que a falta de estrutura ocasiona a motoristas de carros de passeio e principalmente aos motoristas de caminhão, que trafegam diariamente por essa estrada, transportando partes das safras da produção agrícola de nosso Estado.

Sabe-se ainda que a base para realização dessa obra já está encaminhada, desde o final do ano passado (2002) sendo, necessária apenas a retomada da mesma para que seja concluída.

**REQUERIMENTO Nº 1025**

Senhor Presidente:

Hermes Fonseca Filho, deputado estadual que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja solicitado a S. Exa. o senhor Waldyr Pugliesi, secretário de estado dos Transportes a restauração da PR- 160, trecho entre a BR 369 - Cornélio Procópio e a PR 323 - Maiporã, em caráter de urgência.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) HERMES FONSECA

**JUSTIFICATIVA:**

Este trecho da estrada está em estado precário.

A restauração solicitada tem o caráter corretivo de melhorar as condições da estrada para o tráfego e, também, o caráter preventivo de evitar que o mesmo se deteriore ainda mais.

**REQUERIMENTO Nº 1026**

Senhor Presidente:

Hermes Fonseca Filho, deputado estadual que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja solicitado a S. Exa. o senhor Waldyr Pugliesi, secretário de estado dos Transportes a restauração da PR- 525, trecho entre a PR 090 e a BR 369, em caráter de urgência.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) HERMES FONSECA

**JUSTIFICATIVA:**

Este trecho da estrada está em estado precário.

A restauração solicitada tem o caráter corretivo de melhorar as condições da estrada para o tráfego e, também, o caráter preventivo de evitar que o mesmo se deteriore ainda mais.

**REQUERIMENTO Nº 1038**

Senhor Presidente:

Os deputados - membros da Comissão Parlamentar Externa sobre a Reforma Tributária que o presente subscrevem, e no uso de suas atribuições legais e regimentais, artigo 132, parágrafo 3º, inciso II do Regimento Interno, e também em nome do Movimento Pró-Paraná e da Associação dos Municípios do Paraná, vêm REQUERER a inserção nos Anais e no Diário da Assembléia, do Resumo das Posturas Defendidas, pelos Órgãos e Entidades Organizadas da Sociedade Civil Paranaense, aqui representada na Sessão Plenária Especial sobre a Reforma Tributária, realizada no dia 26, último, nesta Casa de Leis, bem como o seu encaminhamento aos participantes e convidados da referida Sessão, em especial, à Bancada Parlamentar deste Estado no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(aa) RENI PEREIRA

JOSÉ MARIA FERREIRA

DURVAL AMARAL

**Projetos de Lei:**

**PROJETO DE LEI Nº 292/2003**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Aos doadores de sangue para o órgão Público Estadual de Saúde, serão concedidos os benefícios abaixo:

I - o mesmo atendimento dispensado aos idosos em fila de bancos;

II - o mesmo benefício concedido aos idosos no âmbito da Justiça Estadual, com relação à prioridade;

III - descontos em casas culturais e comerciais desde que estas disponham aviso na entrada dos estabelecimentos, comunicando a adesão e percentual concedido;

IV - pagamento de 70% (setenta por cento) em passagens no transporte coletivo.

Art. 2º - As carteiras de identificação terão prazo de validade de 06 (seis) meses, renováveis, sendo efetivada uma nova doação.

Parágrafo Único - O doador que falsificar o documento de identificação sofrerá penalidade prevista no Código Penal.

Art. 3º - A Secretaria Estadual de Saúde fará a divulgação, controle e fiscalização da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) MAURO MORAES

#### JUSTIFICATIVA:

O povo paranaense é solidário, basta lançar qualquer apelo que estará pronto para colaborar.

Mas precisamos fazer mais. Ouve-se falar que temos poucos doadores no Estado, pouco estoque armazenado. É provável que com um trabalho de divulgação somando-se algumas vantagens para os doadores, com certeza teremos estoque satisfatório para a população.

Não basta um pão com manteiga e refresco para atrair o doador, é preciso doar mais, estimular, valorizar este herói que salva vidas e de graça. Para ser doador é necessário ser saudável, ter no máximo 60 anos, não pesar menos de 50 (cinquenta) kg, estar consciente e seguro em relação a doenças transmissíveis e de preferência que não seja fumante e nem tenha o hábito de ingerir bebidas alcoólicas.

Na pré-triagem, realizar pequenos procedimentos verificando pressão arterial, pulso, peso, dosagem de hemoglobina e fazer teste de diabetes. Se o doador for contemplado com algumas regalias sociais, teremos um número maior, uma vez que a manutenção dos estoques seguros de sangue para atendimento de pacientes é responsabilidade de todos nós e depende do ato simples de doação.

Todos estamos sujeitos à necessidade repentina de uma transfusão de sangue, daí, sugerir a esta Casa de Leis, pela concessão ao doador de sangue, devidamente identificado pelo Órgão de Saúde Pública Estadual que fez a coleta, os seguintes benefícios:

I - entrar na fila de idosos para atendimento bancário;

II - ter os mesmos benefícios concedidos aos idosos quanto ao atendimento na Justiça Estadual, com relação à prioridade de andamento de processos;

III - nas casas culturais e comerciais, ter descontos.

IV - pagamento com desconto em passagens.

Senhores deputados, o voluntário será prestigiado e nós agradecemos esta solidariedade, uma vez que haverá participação de todos nesta busca pela sobrevivência.

#### PROJETO DE LEI Nº 293/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo utilizará para fins de controle e fiscalização eletrônica de velocidade de veículos nas rodovias estaduais e federais administradas pelo Estado, exclusivamente, equipamentos conhecidos como "lombada eletrônica", conforme as seguintes características mínimas:

I - ser de fácil visualização;

II - ser constituída por colunas verticais fixadas nas laterais das pistas ou tipo pórtico, colocado sobre as vias;

III - ser dotada de sensores eletrônicos instalados no solo que medirão a velocidade desenvolvida pelos veículos;

IV - apresentar painel com dispositivo digital no qual apareça a velocidade desenvolvida pelos veículos;

V - possuir câmera fotográfica que disparará cada vez que o motorista ultrapassar o limite de velocidade estabelecido para o local;

VI - ser dotada de sinal sonoro indicador da infração.

Parágrafo Único - Fica vedada a utilização de quaisquer outros equipamentos para controle e fiscalização eletrônica de velocidade.

Art. 2º - Ficará a critério do Poder Executivo a instalação da "lombada eletrônica" nos locais considerados de alto risco, como:

I - áreas de travessias de pedestres e veículos nas rodovias estaduais ou federais administradas pelo Estado;

II - em frente a hospitais, quartéis, corpo de bombeiros e delegacias;

III - em frente a escolas;

IV - em locais de grande incidência de acidentes de trânsito, devidamente comprovado pela autoridade com inscrição sobre a via.

Art. 3º - Serão desativados todos os equipamentos de controle e fiscalização eletrônica de velocidade que estejam em desacordo com o disposto nesta lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente projeto de lei é definir claramente, critérios mínimos, para a instalação e localização de equipamentos eletrônicos de controle de velocidade, para que os motoristas saibam, antecipadamente, o local exato das lombadas eletrônicas colocadas nas rodovias do nosso Estado.

O Poder Público tem a obrigação de combater severamente o abuso e o excesso de velocidade para diminuir o trágico índice de acidentes fatais em nossas estradas.

O Governo do Estado vem utilizando os equipamentos conhecidos popularmente como “pardais”, com o fim específico de arrecadar e não com o sentido de prevenir acidentes, preservar vidas e educar para o trânsito os cidadãos paranaenses, acarretando uma autêntica revolta da população contra esta verdadeira indústria das multas.

Atualmente estes equipamentos estão sendo instalados indiscriminadamente, em geral escondidos no meio da vegetação com a intenção traiçoeira de multar motoristas comuns, normais, aqueles que não matam no trânsito, que nunca protagonizaram nenhum acidente, aqueles que raramente passam dos 80 km/h, mas são pegos nas injustas armadilhas instaladas para aplicar pesadas multas aos condutores de veículos automotores.

A substituição dos atuais “pardais”, pelos controladores conhecidos como “lombada eletrônica” virá em benefício de toda a população de nosso Estado, pois tanto beneficiará os pedestres quanto os motoristas por tratar-se de equipamentos de fácil visualização, ao mesmo tempo em que obriga a redução da velocidade imprimeada pelos condutores de veículos.

Nos centros urbanos e nos locais de grande incidência de acidentes e atropelamentos é perfeitamente justificável a instalação de equipamentos de controle e fiscalização de trânsito a fim de diminuir o índice de acidentes e de mortes nas rodovias paranaenses.

Se o Governo pretende mesmo diminuir o índice de acidentes e de mortes nas nossas estradas de maneira séria e transparente, no sentido de educar e disciplinar o trânsito em nossas rodovias.

PROJETO DE LEI Nº 294/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Toda gestante assistida no âmbito do Sistema Único de Saúde do Paraná tem direito ao conhecimento e a vinculação prévia:

I - à maternidade na qual será realizado o seu parto;

II - à maternidade na qual ela será atendida no caso de intercorrências pré-natais.

§ 1º - A vinculação da gestante à maternidade na qual será realizado o seu parto e àquela na qual ela será atendida no caso de intercorrências é da responsabilidade dos serviços do Sistema Único de Saúde e se dará no momento de sua inscrição no programa de assistência pré-natal.

§ 2º - A maternidade à qual será vinculada a gestante deverá ser comprovadamente apta a prestar a assistência necessária conforme a situação de risco gestacional.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Saúde regulamentará a presente lei em noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(aa) DOUTOR LUCIANO

HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Constituição do Paraná define como competência do Estado cuidar da saúde e assistência públicas (Artigo 12, Inciso II), designa o Estado como integrante do Sistema Único de Saúde (Artigo 167) e registra claramente (Artigo 170) que o Estado dotará os serviços de saúde de meios adequados ao atendimento da saúde da mulher.

Um casal ou família, mesmo quando sabe de antemão em qual maternidade nascerá o filho esperado, mesmo conhecendo a maternidade e sabendo como funciona; mesmo tendo a garantia de que o parto será realizado pelo médico que acompanhou a gravidez; enfrenta, por ocasião do parto, uma das situações mais estressantes de seu ciclo de vida.

A grande maioria, no entanto, enfrenta situação muito mais séria, que é indefinição da maternidade onde a gestante irá ganhar seu bebê e que, com muita frequência, acompanha a família até o momento do parto. Tal fato ocasiona não só o estresse habitual, mas situações de verdadeiro pânico frente à total insegurança que se verifica, com frequência agravada pela peregrinação de porta em porta na busca de vaga ou pelos deslocamentos da zona rural ou das pequenas cidades para centros onde o socorro possa existir.

Esta situação é injustificada e ocorre por falta de capacidade organizativa dos serviços, já que praticamente todos os partos no Paraná acontecem em maternidades. O que falta é a ação gestora dos mesmos para organizar a referência e a vinculação de cada gestante a uma maternidade acessível, tirando dos ombros da família uma responsabilidade para a qual não está apta e que, para os serviços, significa tão somente a organização de uma rotina e a remoção de barreiras sócio-organizativas para o exercício de seus direitos.

Este argumento sustenta-se no fato concreto de que em um número crescente de municípios tal providência já vem sendo adotada. Em Curitiba funciona de forma pioneira desde a implantação do “Programa Mãe Curitibaana”, em 1999. O referido programa recebeu vários prêmios e serviu de inspiração para portaria do Ministério da Saúde que valoriza a vinculação prévia à maternidade, como fator de redução das complicações da natalidade.

A presente lei está de acordo com os diplomas legais citados no primeiro parágrafo, pelo que, sua aprovação, trará maiores garantias dos direitos ali consignados, bem como maior dignidade às famílias e às mães deste Estado.

PROJETO DE LEI Nº 295/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica instituído o sistema de bônus pecuniário e de pontuação para merecimento aos integrantes da Polícia Civil ou da Polícia Militar que no exercício de suas funções, encontrem armas sem registro e/ou autorização legal, apreendê-las e entregá-las ao órgão de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 2º - As armas apreendidas serão entregues ao órgão policial ao qual couber a responsabilidade pela tomada dos procedimentos legais cabíveis, inclusive de elaboração de laudo pericial e definição final do armamento.

Art. 3º - Os responsáveis por aplicações indevidas das disposições desta lei serão indiciados em processos disciplinares, na forma da legislação própria.

Art. 4º - Mediante decreto, o Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de até 60 dias a contar da data de sua publicação, definindo a forma de concessão de bônus e os seus valores financeiros, assim como a sistemática de pontuação para os fins descritos no artigo 1º.

Art. 5º - Para atendimento ao disposto nesta lei, fica autorizado o remanejamento orçamentário que se fizer necessário.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

A medida legal consubstanciada no projeto de lei que ora apresento nesta Assembléia Legislativa é de tão grande significado, porque visando proporcionar estímulos para desarmamento, contribuirá, sem a menor sombra de dúvida, para diminuição da criminalidade.

Tenho a certeza de que a adoção de tal medida irá evitar que muitas vidas sejam ceifadas, mas que, se apenas uma for salva, já poderemos louvar a implantação do sistema ora proposto.

Assim sendo, espero que os nobres integrantes desta Casa de Leis aprovem o projeto de lei em causa, por ser indiscutivelmente necessário.

PROJETO DE LEI Nº 296/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(aa) ANDRÉ VARGAS, ÂNGELO VANHONI, HERMES FONSECA, ELTON CARLOS WELTER, LUCIANA RAFAGNIN, NATÁLIO STICA, PADRE PAULO CAMPOS, PEDRO IVO ILKIV, TADEU VENERI, JOCELITO CANTO

**JUSTIFICATIVA:**

Em 2002 a grande maioria dos brasileiros optou por uma esperança. Nas urnas, mais da metade dos cidadãos brasileiros disse um SIM a uma mudança, um SIM para uma sociedade mais justa, democrática, livre e solidária.

Essa mudança foi personificada pela figura do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Este projeto de um novo Brasil que teve na figura de um ex-torneiro mecânico, líder sindical e um dos fundadores do maior Partido de esquerda da América Latina, e da maior Central Sindical de nosso País.

Esse senhor, nascido em Caetés (Garanhuns); que fugindo da seca, aos sete anos de idade chega a São Paulo. Em São Paulo começou a traçar o que seria a história do maior líder das esquerdas do Brasil. Como sindicalista dos metalúrgicos do ABC liderou a paralisação pacífica de mais de 150 mil trabalhadores. Lutou contra a ditadura e a favor da democracia. Essas lutas enquanto sindicalista forjaram em seu caráter um mediador, um homem capaz de consensuar, de produzir entendimentos em situações das mais adversas.

Eleito deputado federal por São Paulo com um recorde de votos até 2002, foi Constituinte. Sua liderança partidária fez do PT um partido jovem e atuante, conseguindo inúmeras vitórias eleitorais administrando grande parte das principais cidades brasileiras.

E agora como presidente da República, começa a produzir uma transformação social. De início já implementou o maior programa social que se tem notícia, o programa de Segurança Alimentar, o Fome Zero; imple-

menta uma mudança cultural ao trazer para o âmbito de seu gabinete políticas de combate ao racismo, ao desenvolvimento da pesca e aquicultura, a implementação de políticas de gênero.

O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva recebe um país com as dimensões continentais cujos problemas são de tamanho equivalente. Taxa de dólar a quase quatro reais, risco Brasil chegando a dois mil pontos, inflação quase em dois dígitos, e após meros 4 meses de governo, temos a melhor cotação do título da dívida externa C-Bond em toda história. Dólar inferior a três reais, risco Brasil inferior, e muito, a mil pontos.

E não só os indicadores que afirmam que o novo Brasil está no caminho correto, pesquisas de opinião demonstram aprovação do governo em mais de 70% (por cento). Política de geração de emprego, de fixação do homem no campo, políticas de incentivo à cultura e ao desporto, enfim, inúmeras mudanças, inúmeras ações na construção de um Brasil mais justo e social.

E essas mudanças, essas reformas, este novo horizonte é capitaneado por Luiz Inácio Lula da Silva. Seja pela sua história de lutas, que por si só já faziam jus a qualquer homenagem, mas também pela reforma democrática e solidária que vem conduzindo o Brasil.

#### PROJETO DE LEI Nº 297/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - A Rede Escolar Pública Estadual do Paraná ofertará aos seus alunos o ensino de idioma estrangeiro.

Art. 2º - Será oferecido o ensino do idioma italiano, para efeito disposto nesta lei.

Art. 3º - Fica autorizado à Secretaria da Educação firmar convênios de cooperação com entidades italianas para incrementar o ensino do idioma.

Art. 4º - O ensino do idioma estrangeiro referido poderá ser ministrado fora do horário normal de aulas, desde que com um número mínimo de alunos e em regime de trabalho de no mínimo dez (10) horas semanais.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

O Governo Italiano por meio de seu embaixador no Brasil, Sr. Vincenzo Petrone e do seu Cônsul no Paraná, Mario Trampetti, incentivam a inclusão da língua italiana na Rede Pública Estadual.

Esta sugestão já foi aceita e implementada no Estado de Santa Catarina com sucesso.

O governo da República Italiana por meio do Consulado do Paraná, de modo a propiciar a implantação do ensino da língua, auxilia com planos de apoio financeiro a cooperação para preparo dos docentes.

Não se pode olvidar que no mundo globalizado mais do que nunca é necessário fluir mais de um idioma, de modo a propiciar uma melhor colocação no mercado de trabalho que cada vez mais exige aprimoramento técnico e cultural.

É necessário que em todos os graus ensine-se, além do português, o inglês que é a língua comercial e outra de livre escolha ligada às raízes, no caso a italiana, que também é de extremada importância para as relações comerciais e uma forma de reconhecimento aos nossos ancestrais.

A grande imigração que a partir de 1.875, trouxe para o Brasil grandes contingentes de imigrantes e 25 milhões de descendentes, deles representam 35% do PIB do País - o que vale dizer a estreita relação comercial entre o Brasil e Itália e sobretudo entre o Paraná e aquele País - Paraná, aliás, com fortes tradições italianas.

Com o implemento do ensino da língua italiana resgatar-se-á a cultura e abrirá novas possibilidades para o mercado de trabalho globalizado.

Na minha vida pública tenho defendido incansavelmente as relações comerciais e culturais ítalo-brasileira e acho esse projeto viável e de fácil implantação no Paraná, sobretudo pelo fato de termos milhares de famílias "oriundis", filhos, netos e bisnetos daqueles que vieram fazer a América e que poderão optar, por um outro idioma estrangeiro além do português, no caso italiano, capacitando-os para a massa de trabalho globalizada.

Ainda, incentivar o intercâmbio entre o Paraná e a Itália fará com que se troquem experiências, tecnologias e profissionais. Existem diversos pólos econômicos no Paraná que podem se beneficiar com esse intercâmbio e que certamente necessitarão de profissionais capacitados para falar o idioma italiano.

O presente projeto vem com supedâneo no acordo cultural firmado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Italiana assinado em Roma, em 12 de fevereiro de 1997 e na Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional).

Sessão IV - Do Ensino Médio:

"Art. 36 -...

III - Será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória escolhida pela comunidade escolar e uma segunda em caráter optativo dentro das disponibilidades da instituição.

Pelo presente projeto viabiliza-se às instituições escolares paranaenses a propiciar a disciplina da língua italiana aos estudantes do Paraná.

Urge que o presente tramite com a celeridade devida, uma vez que o governo da República Italiana dis-

põe de importâncias financeiras para contribuir na implementação do programa, até meados do mês de julho do corrente ano.

PROJETO DE LEI Nº 298/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Cultural Siqueirense, com sede e foro no município de Siqueira Campos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Cultural Siqueirense, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.394.249/0001-20, tem sua sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1425, no município de Siqueira Campos - PR, é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que vem prestando importantes serviços sócio-comunitários à coletividade onde atua.

Em sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis ao pleno de lei que apresento, por se tratar de matéria de elevado cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 299/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Água do Gavião, com sede no município de Mariluz e foro em Cruzeiro d'Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Constituída em março de 1998 sob a forma de sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, a Associação de Moradores da Comunidade do Bairro Água do Gavião com sede administrativa no município de Mariluz, tem como objetivos a prestação de serviços sócio-comunitários aos moradores do Bairro Água do Gavião, congregando toda a comunidade sem distinção de raça, cor, sexo, religião, ideologia política ou situação financeira.

Como se pode comprovar pela inclusa documentação, a Ascombag possui todos os requisitos legais para ser declarada de Utilidade Pública Estadual, razão pela

qual contamos com o apoio dos nobres deputados com assento nesta Casa para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 300/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Pachelli, com sede no município de Mariluz e foro em Cruzeiro d'Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Constituída em outubro de 1996 sob a forma de sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, a Associação de Moradores de comunidade do Bairro Pachelli, com sede no município de Mariluz e foro em Cruzeiro d'Oeste, Estado do Paraná, tem como objetivos primordiais a prestação de serviços sócio-comunitários aos moradores do Bairro Pachelli.

Como se pode comprovar pela inclusa documentação, a Associação de Moradores da Comunidade do Bairro Pachelli possui todos os requisitos legais para ser declarada de Utilidade Pública Estadual, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres deputados com assento nesta Casa para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 301/2003  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os processos de criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, acompanhamento, avaliação, reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação, ficam subordinadas às disposições da presente lei.

Art. 2º - A solicitação de criação de cursos de graduação na área médica por universidades e demais instituições de educação superior, deverá ser encaminhada ao Conselho de Educação e ao Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º - Na avaliação feita pelo Conselho Estadual de Educação, deverão ser consideradas as condições da entidade mantenedora; do estabelecimento de ensino; da estrutura do curso; da qualidade dos seus recursos didático-pedagógicos e de sua manutenção.

§ 2º - Para atender o requisito de manutenção, a instituição de ensino responsável pela criação de curso de

graduação na área médica deverá comprovar dotação orçamentária específica para sua completa implantação, bem como, formas de sustentação financeira, a médio e longo prazos.

Art. 3º - O Conselho Estadual de Educação deverá encaminhar a matéria ao Conselho Estadual de Saúde, para que se manifeste no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, sobre os aspectos de sua competência.

Art. 4º - Compete ao Conselho Estadual de Saúde analisar e avaliar, com anuência prévia do Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná, as solicitações de criação dos cursos que se refere a presente lei e qualquer dos seus aspectos correlatos, emitindo parecer conclusivo e terminativo, no prazo máximo de 90 dias, no que se respeite à observância da necessidade social e requisitos indispensáveis estabelecidos, conjuntamente, pelas entidades médicas nacionais.

§ 1º - As entidades médicas estaduais deverão se pronunciar, no prazo máximo de 60 dias, sobre a necessidade social e o preenchimento ou não dos requisitos indispensáveis para a criação, implantação, aumento ou redução de vagas e suspensão ou manutenção dos cursos.

§ 2º - O pronunciamento devidamente fundamentado das entidades médicas será tido como de considerável relevância.

Art. 5º - O pronunciamento das entidades médicas, no que diz respeito à necessidade social, deverá levar em conta os seguintes critérios:

a) a relação entre o número de médicos devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina e o número de habitantes do Estado do Paraná;

b) a relação entre a taxa de crescimento anual da população e a de médicos;

c) o número de faculdades e vagas nos cursos de medicina.

Art. 6º - As instituições que tiverem seus projetos de criação de curso aprovados e aquelas que estiverem em funcionamento serão objeto de avaliação permanente pelos Conselhos Estadual de Educação e de Saúde, os quais não dispensarão, para tanto, a colaboração das entidades médicas especificadas no artigo 4º, tendo em vista o objetivo comum de ver assegurada a qualidade do ensino e a efetiva implantação do que houver sido proposto.

§ 1º - Identificadas deficiências de ensino e/ou irregularidades no processo de avaliação, às instituições responsáveis será concedido o prazo de um ano para que as mesmas sejam sanadas.

§ 2º - Esgotado o prazo, a reavaliação que então se fará poderá resultar na suspensão temporária ou desativação dos cursos autorizados.

§ 3º - O reconhecimento do curso ficará condicionado aos resultados da avaliação prevista neste artigo.

Art. 7º - Sob o princípio da cooperação entre os entes federativos, o Conselho Estadual de Educação e o Conselho Estadual de Saúde manifestar-se-ão previamente junto aos Conselhos Nacionais de Educação e de Saúde, sempre que houver a intenção de instituições de educação superior, vinculadas ao Sistema Federal da Educação, instalarem cursos na área da saúde, no território paranaense.

Art. 8º - Esta lei será regulamentada no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua publicação, ouvidos os Conselhos Estaduais de Educação e Saúde, com manifestação perante estes, das entidades médicas nela referidas.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O artigo 22 da Constituição Federal, em seu inciso XXIV, inscreve na competência privativa da União, as diretrizes e bases da educação nacional, cujas normas gerais apenas por ele podem ser estabelecidas.

Entretanto, a Lei Maior no inciso IX do artigo 24, concede competência concorrente aos Estados e ao Distrito Federal, no concernente à educação, cultura, ensino e desporto, restando claro que inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades (Artigo 24, parágrafo 311), com ressalva de que a superveniência de lei federal sobre normas gerais, suspende a eficácia da lei estadual, no que aquela for contrária (Artigo 24, parágrafo 411).

Vigente a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.384, de 20.12.96, estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, deferindo à União, aos Estados, aos Distrito Federal e aos Municípios, em regime de colaboração, a organização dos respectivos sistemas de ensino (Artigo 811), ensejando-lhes autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino (Artigo 10, IV).

A formação de recursos humanos na área da saúde tem características diferenciadas. A Constituição Federal estabelece como atribuição o Sistema Único de Saúde-SUS “ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde”. (Artigo 200, inciso III).

O SUS, como se sabe, é constituído por órgãos e instituições federais, estaduais e municipais. A Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que o regula, dispõe em seu artigo 27 que um dos objetivos da política de recursos humanos, que será formalizada e executada articuladamente pelas diferentes esferas de governo, é a organização de um sistema de formação em todos os níveis de ensino, inclusive de pós-graduação.

O Conselho Nacional de Saúde e os Conselhos Estaduais de Saúde, como órgãos máximos no estabelecimento da política de saúde, portanto, devem ser ouvidos em caráter terminativo, quando da criação de cursos nessa área.

Assentes estas premissas básicas, há que se reconhecer notória e por todos conhecida a mobilização da sociedade, no sentido de ver restringidas as possibilidades de criação de novos cursos de graduação na área de saúde, por universidades e demais instituições de ensino superior.

A evidência da existência de cursos de qualidade inferior, prodigalizando a formação de profissionais de capacidade discutível, tem motivado o desenvolvimento de uma ação conjunta da sociedade e de todas as entidades ligadas ao setor, na busca da obstaculização da proliferação indiscriminada de cursos de Medicina e da melhoria do rendimento qualitativo do ensino em todo o país.

As avaliações promovidas pelo Ministério da Educação têm apontado para a necessidade de providências urgentes visando a melhoria da qualidade dos cursos superiores voltados para a formação de profissionais da área de saúde.

De participar, concretamente, dessa mobilização, não se pode furtar o Poder Público Estadual na esfera de sua competência atributiva!

Daí porque a apresentação do presente projeto de lei, que estabelece requisitos para a criação, autorização de funcionamento, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de ensino superior integrantes do Sistema Estadual de Educação.

A sua finalidade precípua e, repete-se, obstaculizar a criação indiscriminada de cursos de Medicina, mediante a enunciação de múltiplas condições que são indubitavelmente necessárias para que se possa ter ou ofertar um ensino médico de qualidade.

A perspectiva de avaliação permanente dos cursos que venham a ser criados e das instituições que já os tenham em funcionamento, pelos Conselhos Estaduais de Educação e de Saúde, e ainda das entidades médicas, forcejará uma maior preocupação em se evitar deficiências ou irregularidades que, se constatadas, poderão motivar a suspensão temporária e até a desativação dos cursos autorizados.

O que o projeto preconiza encontra pleno respaldo nas expressões contidas no Parecer SR-79, da Consultoria Geral da República, de lavra do Dr. Saulo Ramos *in verbis*:

“A sociedade deseja médico que saiba Medicina, que se tenha preparado para cuidar da saúde do povo e que não seja, pela precariedade do ensino improvisado na industrialização de diplomas, uma ameaça à vida do paciente”.

Afigura-se-nos inegável que somente com cursos de graduação capazes de preparar profissionais de sólida formação técnica, ética, e humanitária é que se tornará possível assegurar melhor a qualidade na assistência e

saúde no Brasil. E o Paraná não pode ficar omissa na busca dessa melhor qualidade.

Para tanto, o presente projeto de lei se consonantiza com os anseios da sociedade e se reveste de elevado e indiscutível interesse público, na medida em que tem como escopo primordial, impedir a proliferação de cursos de medicina sem condições de graduar bons profissionais.

## PROJETO DE LEI Nº 302/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no município de Tamarana e foro no município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do município de Tamarana, é uma sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, com o objetivo de promover a valorização da pessoa humana.

Tem por finalidade oportunizar através de práticas bem definidas, o desenvolvimento social, emocional e intelectual de crianças e adolescentes carentes: organização de programas que visam o atendimento familiar; promover atendimentos à maternidade e à infância através do trabalho com gestantes e nutrízes; incentivar a comunidade no processo de desenvolvimento social, para uma maior participação; melhorar a condição de vida da população carente, através de educação popular e promover a integração do Programa com Órgãos Oficiais que atuam no social para melhor atendimento a crianças e adolescentes carentes.

## PROJETO DE LEI Nº 303/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada a escola do Conjunto Habitacional José Giordano, localizada à Rua Santo Tamioso, entre as Ruas Basílio Zanin e Luiz Gonçalves de Matos, em Londrina, de Escola Estadual Professora Roseli Piotto Roehrig.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) DURVAL AMARAL

### JUSTIFICATIVA:

Esta proposição legislativa vem fazer justiça à dedicação e ao trabalho desenvolvido pela professora



Roseli Piotto Roehrig, em prol da educação na cidade de Londrina.

Nascida em Curitiba em 03 de novembro de 1938, e londrinense de coração, filha de João Pedro Piotto e Mônica Schuartz Piotto, casada por 36 anos com Júlio Rodolfo Roehrig, teve 4 filhos; Rodolfo, Denise, Ângela e Mônica, todos nascidos em Londrina.

Estudou no Grupo Escolar Professor Brandão, no Colégio Estadual do Paraná e no Instituto de Educação do Paraná, em Curitiba. Ingressou no quadro do magistério da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, através de concurso público, em 1957, mudando-se para Londrina em 1962, após casar-se com o advogado londrinense Júlio Rodolfo Roehrig.

Aprimorou seus conhecimentos nos cursos superiores de Matemática e de Ciências no Cesulon - Centro de Estudos Superiores de Londrina e na UEL. Por ser entusiasta da educação, fez dezenas de cursos de especialização e aperfeiçoamento, visando estar em constante transformação para acompanhar as mudanças na sociedade.

Lutou pela implantação dos cursos supletivos para todos aqueles que não tiveram a oportunidade de dar continuidade aos estudos, de maneira regular, principalmente para os que já haviam deixado de estudar há tempo. Sua conduta exemplar, tanto na brilhante carreira, dedicada de corpo e alma ao magistério, condiz com sua convivência familiar, tendo sido uma mãe que enchia de orgulho seus 4 filhos londrinenses.

Nada mais justo que denominar a moderna Escola que será inaugurada em breve no Conjunto Habitacional José Giordano, com 12 salas de aula, mais 6 salas complementares, oferecendo um total de 100 vagas a serem disponibilizadas para a população, de Escola Estadual Professora Roseli Piotto Roehrig, a essa paranaense que faleceu em setembro de 1998 e que tanto lutou pela educação das crianças e adolescentes de nosso Estado.

#### PROJETO DE LEI Nº 304/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Deverão ser grifados, também em braille, os números e avisos constantes nos painéis dos elevadores das edificações públicas e privadas deste Estado, de modo a permitir autonomia aos deficientes visuais na identificação e compreensão dos mesmos.

Art. 2º - Os fabricantes de elevadores deverão, a partir de 1º de janeiro de 2004, disponibilizar seus produtos para o mercado, em conformidade com o estabelecido no artigo anterior.

Parágrafo Único - As revendas e serviços autorizados, no prazo do *caput* deste artigo, deverão proceder às adaptações necessárias nas cabines já instaladas ou pos-

tas à venda, para adequá-las ao previsto no artigo 1º desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Valdir Rossoni, Nelson Garcia e Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

Buscando assegurar autonomia para a execução das mais pequenas atividades do dia-a-dia de qualquer cidadão, muito já tem sido feito pelo Poder Público, em especial o Poder Executivo Municipal, visto que é nos municípios que as pessoas vivem, e entre elas as portadoras de limitações físicas.

No mesmo sentido têm atuado os Poderes Legislativos, ao editarem leis que impõem condições à iniciativa privada, vinculando o exercício de suas atividades a determinadas condições que, senão eliminam, pelo menos garantem às pessoas portadoras de deficiência o menor constrangimento possível.

Não obstante, nos prédios que dispõem de elevadores, e não raras vezes não contam com ascensoristas ou outro funcionário de portaria, a pessoa limitada visualmente ficará à mercê de terceiros que por ali transitem e se disponham a auxiliá-lo.

Para evitar ou minorar restrições de liberdades como tais, é que apresento esta proposta de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 305/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam proibidas as instituições particulares de ensino fundamental, médio e superior, de impedir a formatura, e de não expedir o diploma de todo aluno que se encontrar inadimplente na fase de conclusão do curso.

Parágrafo Único - O disposto no artigo 1º aplicar-se-á da mesma forma às instituições de ensino técnico-profissionalizante.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentar este projeto, tenho o intuito de fazer com que as instituições de ensino sejam mais flexíveis frente às dificuldades do aluno.

Estou certo de que no decorrer do curso, pais e alunos realizam verdadeiras manobras para manter o pagamento em dia e não é justo que no final do curso vejam

seus filhos impedidos de se formarem, e receberem seus diplomas em razão da inadimplência momentânea.

Em nenhum átimo de tempo, quer se ingressar à via da comoção, ao revés, o escopo atinge o objetivo de evidenciar a este parlamento, as circunstâncias que encimam a legitimidade desta proposta, a qual proíbe as instituições de ensino de criar qualquer tipo de empecilho ou constrangimento ao aluno inadimplente.

Oportunizar ao aluno sua formação, mesmo que essa esteja inadimplente, é, no mínimo, justo, além de legal, razão pela qual acredito no sucesso desta proposição.

#### O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

No Pequeno Expediente o primeiro orador inscrito, deputado Ratinho Júnior.

V. Exa. havia solicitado para usar o Horário da Liderança, 10 minutos para o seu pronunciamento.

#### O SR. RATINHO JÚNIOR

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Hoje, venho a esta tribuna falar de um assunto que muitas vezes as autoridades, os governantes do nosso país têm medo de falar, que é a questão da segurança pública.

Hoje, a segurança pública é, sem dúvida alguma, um dos grandes problemas dos nossos governantes, do nosso país. Ela está até mesmo junto com o problema do desemprego e as pessoas chegaram a conclusão que não adianta ter emprego, não adianta o trabalhador sair de casa tendo um emprego, ir trabalhar muito bonitinho, mas voltar para casa e ser assaltado, muitas vezes ter a sua casa roubada e infelizmente, muitas vezes, ser assassinado.

Eu gostaria de trazer dois dados que aconteceram neste final de semana para as pessoas terem idéias: no Diário Popular de domingo, dia 25/05, diz o seguinte: “o servente de pedreiro Osmoel Hermes, 27 anos, separado, dois filhos, que morava na rua Vicente de Carvalho, Moradas Cajuru, foi assassinado com três tiros na rua Asmack Carandira, no mesmo bairro. O crime ocorreu por volta da meia-noite e quinze minutos de ontem e a polícia não conseguiu informação ou pista que apontasse os autores e os motivos para o assassinato. Quer dizer, olha a manchete do jornal, ninguém viu! Hoje se mata uma pessoa como se matasse formiga, como se matasse barata; tornou-se banal matar uma pessoa! É muito fácil! É simples! Ninguém dá mais notícias, ninguém mais dá bola”!

Eu trouxe outra notícia de um jornal do norte do Paraná para mostrar que a violência não esta só na Capital: “rapaz é morto com três tiros! A Polícia Militar de Andirá prendeu em flagrante, na noite de anteontem, Marcos Henrique Martins de 20 anos. Ele é o acusado de ser o autor dos três disparos que mataram Rosivaldo Ribeiro de 25 anos. O crime ocorreu por volta das 18h30min. na quinta-feira.” Quer dizer, à tarde,

18h30min.! “Segundo a PM os dois teriam discutido e Marcos teria sacado um revólver calibre 38 efetuado os tiros que acertaram o tórax e as pernas da vítima. Rosivaldo chegou a ser socorrido por populares, mas acabou morrendo na Santa Casa!” Quer dizer, é aí que está a violência, e hoje nós sabemos que para resolver o problema da segurança pública não é de um dia para outro, não é amanhã que vai se resolver o problema da segurança pública.

Nós sabemos que é preciso fazer um programa de ação social. É preciso cuidar das crianças, é preciso fazer um planejamento educacional, só que o trabalhador não pensa dessa maneira. Cada dia que passa morrem mais pessoas, matam-se mais pessoas e fica nisso.

Hoje, no Rio de Janeiro é uma guerra civil, está todo mundo brigando, a polícia não tem mais mando, os governantes não têm mais mando e nós temos que torcer para que no Paraná não aconteça isso.

Só neste ano, deputado Dobrandino, já passaram pelo IML de Curitiba mil e cem corpos por mortes violentas, quer dizer 1100 pessoas morreram assassinadas em Curitiba. Aí vem o jornal da Globo, jornal Folha de São Paulo e coloca: “carro-bomba matou 3 pessoas em Israel; carro não sei o quê matou 2 pessoas”. Quer dizer, aqui se mata 20, 30 pessoas no final de semana e está normal?

É por isso que fiz um projeto de segurança pública para que amenize urgentemente o problema da violência. Oitenta por cento das mortes de assassinato que acontecem em Curitiba e no Paraná inteiro acontecem por brigas banais.

“O cara está no boteco falando do ‘coxa’, do Atlético, está bêbado, vai lá, tira a arma, atira, e acaba assassinando”.

E noventa e três por cento das armas, hoje, no Estado do Paraná, são ilegais, não têm porte e não têm registro. Então, temos que fazer uma campanha urgentemente para desarmar a população. E como vamos fazer isso? Sabemos que a função do policial militar, do policial civil é cuidar da nossa segurança, é fazer o desarmamento. Agora pergunto: como é que o policial militar, como é que o policial civil que ganha setecentos reais vai entrar numa favela atrás de arma? Que vantagem ele vai ter, sabendo que muitas vezes ele mora do lado do traficante, do lado do bandido? Hoje, deputado Bradock, você acha que um policial militar com setecentos reais vai arriscar a sua vida entrando numa favela, sabendo que ele tem família para criar, que tem filhos que vivem do sustento desses setecentos reais?

Ninguém é burro o bastante para arriscar a sua vida por setecentos reais. Ninguém é tonto o bastante de arriscar o sustento da sua família por setecentos reais! E é por isso que temos que fazer um incentivo.

Não vamos acabar com as armas somente pedindo para que os policiais entrem e façam o desarmamento. Temos que remunerar esses policiais. E de que maneira? Vamos remunerar no final do mês a cada arma apreendida.

dida, cada arma ilegal que não tenha porte, não tenha registro e com infrator. Vamos ao final do mês, no contracheque do policial, remunerar!

O governador viu o projeto e pediu que urgentemente esta Casa aprovasse-o assim que ele fosse protocolado porque realmente é um projeto de muita importância para o Estado do Paraná.

Tenho a certeza que esse projeto vai servir de exemplo para todo o Brasil, porque vamos fazer com que os policiais, com esse incentivo de cem reais, vão atrás das armas. Não só os policiais militares, mas os policiais civis.

Hoje nós temos que fazer igual ao Velho Oeste, não adianta só pedir pelo amor de Deus para o policial ir atrás da arma! Nós temos que dar dinheiro pra ele! Não só dando dinheiro, também vamos remunerá-lo na sua pontuação, na sua ficha funcional. Além de dinheiro no final do mês a cada arma apreendida, ele vai ganhar pontos na sua ficha funcional.

Para vocês terem uma idéia, estamos falando num valor mais ou menos em torno de cem reais por arma apreendida. Hoje o policial militar ganha setecentos reais. Se esse policial pegar uma arma por dia ele vai ganhar três mil reais no final do mês! Ele vai triplicar o valor do seu salário! Quer dizer, é um projeto que tenho certeza, além de ser um projeto para ajudar a acabar com a violência é um projeto social. Serão mais de 20.000 famílias desses policiais civis e militares que vão ter um salário digno e poder tirar a sua família da favela porque hoje muitos policiais moram ao lado de traficantes, moram ao lado de bandidos e têm vergonha e medo de sair com sua farda, porque podem ser assassinados e sua família correr risco.

#### **O Sr. Reni Pereira**

Concede-me um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa desse projeto, aliás, já lhe dei conhecimento, existem outras Assembleias Legislativas no país, como é o caso de Mato Grosso, que já pediu cópia desse projeto, porque está enaltecendo a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no sentido que vai contribuir para um projeto muito maior de segurança pública.

E eu gostaria, a título de sugestão, de expor para V. Exa. que se preocupasse também, neste seu projeto, em contemplar aqueles policiais que muitas vezes não deveriam, mas estão em funções burocráticas dentro de uma delegacia, para que eles tenham também a capacidade, seja em uma ou duas operações de desarmamento, que sejam eles escalados para que possam ter também acesso a essa "remuneração", a esse estímulo. Infelizmente não deveríamos chegar nesse ponto de ter que estimular a atividade policial, mas temos certeza que esse estímulo não é para o policial; é para o desarmamento.

Então, gostaria de parabenizar V. Exa. por essa iniciativa e sugerir que também sejam contemplados esses

outros policiais. Isso pode ser até no entendimento com a própria Secretaria da Segurança, que eles contemplem aqueles funcionários policiais, sejam da PM ou da Polícia Civil, que estão em funções burocráticas e que sejam eles escalados para que, em uma operação ou duas por mês, possam também ter acesso a esse benefício.

Era isso!

#### **O Sr. Barbosa Neto**

Concede-me um aparte, senhor deputado?

**(Assentimento)**

Estava rascunhando aqui e fazendo uma análise sobre a crescente violência, principalmente na cidade onde vivo, que é Londrina. E tivemos, no ano de 2001, menos de cem pessoas assassinadas. No ano passado foram cento e sessenta e uma vítimas de homicídio. E neste ano nós já chegamos a noventa e nove pessoas que perderam a sua vida e não estamos ainda nem na metade do ano, o que mostra que, em apenas dois anos, vamos ter um crescimento de mais de 100% no número de pessoas vítimas de assassinato.

Por isso tenho que parabenizar o senhor, que é um jovem deputado, por esse projeto que, segundo o próprio governador Roberto Requião, ele vai apresentá-lo conjuntamente. E eu gostaria de fazer aqui um apelo aos outros deputados desta Casa, inclusive da Base Governista, que aprovelem este projeto, até por unanimidade, porque não vejo nenhum óbice em premiarmos o bom policial e quem diz aqui é um ex-repórter policial, com quatorze anos de experiência, que sabe que aqueles policiais corruptos aumentavam os seus ganhos apreendendo armas e vendendo no mercado clandestino.

Esse projeto - como disse o deputado Reni Pereira - que vem de uma região extremamente violenta, que é a cidade de Foz do Iguaçu, por causa da fronteira, sabe perfeitamente daquilo que estamos falando.

Para finalizar, lembro que Rodolph Giuliani, o lendário ex-prefeito de Nova Iorque, que era a cidade mais violenta do mundo, tinha no seu programa de tolerância zero, justamente, pagar esse benefício que o senhor está pretendendo que seja implementado e pagar bem os policiais. É isso que pretendemos fazer aqui na Assembleia Legislativa do Paraná, sendo modelo para o Brasil inteiro. A gente aproveita, para pedir ao próprio secretário da Segurança, Luiz Fernando Delazari, e que ele tenha também o interesse que esse projeto seja aprovado, para ajudar a diminuir esses índices de violência, que são altíssimos.

#### **O SR. RATINHO JÚNIOR**

Obrigado, deputado Barbosa Neto.

Rapidamente, concedo a palavra ao deputado Vanderlei Iensen.

#### **O Sr. Vanderlei Iensen**

Gostaria apenas de me solidarizar e apoiar esse seu projeto, porque temos visto isso muito de perto - os

deputados aqui na Assembléia Legislativa. Tivemos o conhecimento que o deputado Ademir Bier teve um problema seriíssimo, quando foi assaltado. Outros deputados tiveram problemas também com familiares. Acho que esse projeto vem em boa hora. Acredito que o governador Roberto Requião vai aprovar o seu projeto. Nós, como deputados da base, temos certeza, vamos estar aprovando esse projeto muito importante para a segurança do Paraná.

**O SR. RATINHO JÚNIOR**

Obrigado, deputado Vanderlei.

Tenho certeza de que não acabaremos com a violência fazendo o sinalzinho da pombinha ou cantando musiquinha na televisão. Só vamos acabar com a violência, quando dermos salários dignos para os policiais, para eles terem o moral e não terem medo de entrar dentro da favela para buscar traficante e armas, para acabar com essa onda de violência contra o trabalhador e a dona-de-casa. Sei que existem muitos pontos de vista: do presidente da Assembléia, dos deputados, dos juízes e dos promotores. Mas hoje estou vendo o ponto de vista do trabalhador, que clama urgentemente por segurança pública. Se esse projeto salvar uma vida, já valeu à pena.

Obrigado, presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Próximo horário destinado ao deputado Geraldo Cartário.

Concedo-lhe cinco minutos.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Na Sessão de hoje estou acompanhando que tem apenas um projeto, em 3ª Discussão, de autoria do presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão.

Gostaria de solicitar à Comissão de Constituição e Justiça, ao deputado Hermes Fonseca e aos seus integrantes, que não pode esta comissão se intitular de poderes totais e absolutos, a ponto de que o projeto que analisa o que é inconstitucional deixe de vir para o plenário.

Ora, senhor presidente, senhores deputados, esta Casa é composta por representantes do povo! Aqui não se elegeram juízes, nem doutorados em jurisprudência. Aqui, elegeram-se representantes do povo! Dessa forma não há como segurar um projeto de um deputado na Comissão de Justiça, sem ser apreciado pela maioria dos eleitos com o voto do povo do Estado do Paraná.

É esse o meu apelo, ao presidente Hermas Brandão, que determine que em qualquer resultado de projeto apreciado na Comissão de Constituição e Justiça venha para o plenário. Eu mesmo tenho mais de dez projetos de interesse, que estão aguardando uma decisão. Senão, vejamos: tenho um projeto que há muito tempo está na Casa, que fala do “Primeiro Emprego”. O presidente Lula está colocando em funcionamento o “Primeiro Emprego”. O governador Roberto Requião está prepa-

rando um projeto semelhante para mandar para esta Casa. Enquanto isso, o meu projeto está aí, sem uma solução.

Eu, quando fui prefeito, coloquei todos os menores que estavam na rua desempregados, dei uma carteira de trabalho assinada pelo prefeito, que era eu e coloquei-os nas empresas e indústrias, aprendendo a profissão. A empresa pagava o salário-mínimo e a Prefeitura pagava os encargos sociais. O que existe de inconstitucionalidade, senhor presidente da Comissão de Justiça - não sei se esse projeto chegou em suas mãos? Gostaríamos de discutir, sim, aqui, na Casa!

Senhor presidente, tem um outro projeto nosso que dá o direito à casa própria e ao financiamento ao policial militar, que o governador Roberto Requião vai implantar, e o meu projeto está aí há anos e não se discute, porque é inconstitucional!

Afinal de contas, temos ou não o direito de apresentar projetos nesta Casa? Essa é a questão que levantamos.

Se for para ter que apresentar um projeto e encaminhá-lo para um escritório jurídico de renome, não precisamos de deputados eleitos pelo povo, vamos chamar os grandes juristas do País, para apresentar e analisar os projetos. Por isso é que lamento um dia como hoje.

Muitas vezes o jornal Folha de Londrina me dá como ausente nas votações, mas senhor presidente, essa votação de hoje é consumada! Se eu tenho gente no gabinete para atender: prefeitos, vereadores e lideranças, fico no ganinete, porque projeto meu não está caminhando, não está sendo votado nesta Casa!

Esta é a minha reclamação dentro dos preceitos democráticos, senhor presidente.

Um outro aspecto, senhor presidente, nós gostaríamos de convidar todos os deputados e eu gostaria que todos os deputados prestassem atenção, porque depois algum vai dizer - o Cartário não nos convidou - amanhã, na Fazenda Rio Grande, às 10 horas da manhã, o governador Roberto Requião, estará presente para conhecer onde vai ser iniciada a obra do fórum e ele vai inaugurar uma grande escola que tem o nome do desembargador Francisco Cunha Pereira. Juntamente com o o governador estarão presentes secretários de estado, nosso companheiro Pessutti...

**(Passa a usar o Horário da Liderança do seu Partido)**

Esse encontro de amanhã trata-se de uma homenagem a um desembargador, de uma das famílias mais respeitadas e que mais tem lutado pelo Paraná, que é a família Cunha Pereira, desde a Universidade Federal do Paraná que aí está pelo trabalho da família Cunha Pereira, desde essas grandes campanhas que foram feitas a nível de Estado, todas com sucesso para o nosso Paraná e todas comandadas pela família Cunha Pereira. À frente, o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

Por isso que eu convido aqui os deputados, independentemente de Partido, mas que conheçam o municí-

pio, com todo o respeito ao Dobrandino, de Foz do Iguaçu, mas é o município que mais cresce, Dobrandino, nos últimos anos não é no Paraná, no Brasil, que é a Fazenda Rio Grande, que há pouco tempo tinha cinco mil habitantes e hoje passou de 80 mil habitantes e então gostaríamos de convidar.

E eu queria agradecer aqui a lealdade do deputado Barbosa Neto que mandaram um fax para ele - aqui até gosto de falar o seguinte - porque ele é um crítico, é um comentarista, é um grande profissional da imprensa, como o Ratinho, Luiz Carlos Martins, Carlos Simões, Renato Gaúcho, etc, no entanto mandaram aqui um fax porque sempre existe uma ala política na cidade querendo nos atingir, eu vou ler aqui:

(Lê):

“E ainda tem político que acha que a política não enriquece - em Fazenda Rio Grande um deputado estadual é dono de um cemitério, estação de rádio, shopping center, entre outros prédios comerciais que coincidentemente estão acomodados a maioria das repartições públicas municipais”.

Eu queria dizer, senhor presidente, que essa rádio era de minha propriedade antes de eu ser prefeito, faz muitos anos, mais de 20 anos, e todas as minhas propriedades que aqui não estão relacionadas, estão faltando muitas, algumas eu não tenho, que é o caso do shopping, mas muitas estão faltando, o que não estiver no imposto de renda declarado, eu chamo todos aqui e dou uma procuração em causa própria para vender para quem quiser. Eu tenho todos os meus bens relacionados. Agora mesmo, há poucos meses atrás recebi 50 mil reais, ou seja, 138 mil euros da Europa, de propriedade da minha família, de parte da minha mãe, visto que meu pai não é daqui, é de Bauru, e eu tenho essas propriedades.

Agora, talvez seja eu o deputado aqui na Assembleia que mais pago juro nos últimos 20 anos da minha vida. Sou um profissional do trabalho, construo, tenho construtora, tenho imobiliária, tenho pedreira, que aqui não falaram, a pedreira vale mais que tudo, e eu tenho todos esses bens com trabalho. Trinta anos de Mandirituba, a Fazenda Rio Grande cresceu e o deputado Cartário cresceu sabem por quê? Porque eu nunca fui gigolô do dinheiro público, eu nunca fui funcionário, trinta dias, não funcionário que infelizmente não ganham o que deveriam ganhar que é o caso dos funcionários da Assembleia, mas eu nunca fiquei esperando trinta dias o salário pago pelo povo, eu nunca preenchi uma ficha de cadastro que diga que sou deputado, porque deputado não é profissão - eu estou aqui há trinta anos e digo aqui que talvez nenhum político do Paraná tenha o troféu que eu tenho, em 30 anos, na mesma cidade, sempre fui e estou sendo o mais votado. São 30 anos disputando eleição de vereador, de presidente da Câmara, de prefeito, deputado estadual, 4 vezes, e na mesma cidade, sem esconder ou procurar voto onde não me conhecem, mas na cidade que sou conhecido há 30 anos! Há 30 anos sempre o depu-

tado, vereador e prefeito mais votado aonde me conhecem!

Infelizmente, muitos adversários, pequenos adversários, não aceitando, conhecendo o prestígio do apresentador de rádio, Barbosa Neto, mandaram esse fax para ele. Eu gostaria também de dizer, senhor presidente, que não só eu, mas também os deputados que aqui estão, não usamos a função de deputado como profissão, apenas temos esse privilégio que Deus nos deu, de o povo nos entender durante 30 anos e nos transformando sempre no mais votado.

Senhor presidente, encerro as minhas palavras aqui dizendo que seria uma honra muito grande para nós que amanhã os senhores nos prestigiassem na Fazenda Rio Grande, o município que mais cresce, no Brasil, para conhecer de perto a nossa cidade e homenagearmos, junto com o governador Requião, a família Pereira, na pessoa do falecido desembargador Francisco Cunha Pereira.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Queremos registrar, a pedido do deputado Marcos Isfer, as presenças dos sindicatos de servidores públicos federais, da Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Banco Central, IBGE, Ministério da Fazenda e professores da Universidade Federal do Paraná.

Sejam bem-vindos, senhores.

Concedo a palavra à deputada Luciana Rafagnin.

#### A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Nos próximos dias, 31 de maio e 1º de junho, acontece o 3º Congresso Estadual da Central de Movimentos Populares. Essa Central foi criada em 31 de outubro de 1993, em Belo Horizonte, Minas Gerais, e já no ato da sua fundação contou com a participação de 22 Estados, inclusive o nosso Estado do Paraná estava presente.

A Central tem vários movimentos que a compõem, e entre os mais atuantes cito: o movimento dos negros e negras; o movimento nacional de meninos e meninas de rua; o movimento pela saúde; o movimento de associação de moradores; movimento de portadores de deficiência. São vários os movimentos que compõem a Central e são vários assuntos que serão debatidos nesse 3º Congresso Estadual, inclusive um assunto muito importante que é o Fome Zero.

Está previsto para amanhã uma conversa com o governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, nosso ministro de desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, o presidente do Incra e também o superintendente do Incra aqui do Estado do Paraná, Celso Lacerda, onde o teor dessa conversa será o problema agrário, o problema das famílias que estão acampadas no Estado do Paraná. São mais de 12 mil famílias, e sabemos que isso é um problema sério e está trazendo grandes preocupações pelo

fato de que é necessário pensar em como o Paraná vai desenvolver o projeto de reforma agrária; que condições daremos a essas famílias a partir do momento em que forem assentadas; e qual serão as condições para assentá-las.

O governador falava ontem que estava preocupado com isso e pediu a vinda do ministro e também do presidente do Incra, Marcelo Rezende, para que se discuta uma forma, para que se tenha uma proposta junto com Governo do Estado do Paraná e junto com o nosso Governo Federal para buscar uma saída para as famílias que estão hoje acampadas, ocupando as beiras de rodovias. E também que se tenha uma proposta correta, uma proposta certa de desenvolvimento e de sobrevivência para as famílias que já estão assentadas.

Então, esperamos que amanhã aconteça essa conversa e que o Paraná consiga sair na frente nessa discussão e nesse projeto de reforma agrária para o nosso Estado. E claro, com certeza estará contribuindo, e muito, para a reforma agrária do nosso País.

Também no dia de hoje acontece uma manifestação, está acontecendo provavelmente neste momento, estava previsto para as 14h00 uma manifestação de trabalhadores rurais que estão acampados em Manoel Ribas, que está sendo um região de conflito. E o deputado Padre Paulo está representando esta Casa e a Bancada do PT, ele foi acompanhado do secretário Padre Roque. Eles estão tentando intermediar naquela situação, naquele drama que vive um pouco as famílias de Manoel Ribas. Há poucos dias atrás, famílias foram ameaçadas, foram atacadas à noite e por pouco não acontece um assassinato na casa de uma das pessoas acampadas.

Então, é necessário que se tome providências urgentes.

Acredito que a manifestação de hoje contribua para que as negociações avancem. E mais do que isso, é a nossa esperança que amanhã aconteça essa conversa do ministro com o governador. E que consigamos evoluir numa proposta séria, mas importante para o Estado do Paraná. E isso vem com certeza trazer o desenvolvimento do nosso Estado, fazendo acontecer a verdadeira reforma agrária.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Horário destinado ao senhor deputado Jocelito Canto.

**O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)**

Só gostaria de registrar a presença do nosso vereador da cidade de Umuarama, senhor Eduardo Mello, nosso companheiro que está aqui na tribuna.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Obrigado. E bem-vindo, vereador Eduardo.

Com a palavra o senhor Jocelito Canto.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Senhor presidente e senhores deputados.

No dia de ontem nós gostaríamos de fazer esse comunicado, mas em função da oportunidade.

Gostaria de falar sobre a decisão que tomou o juiz da 1ª Vara Cível de Ponta Grossa, Dr. Henrique Miranda, juiz de Direito da Comarca de Ponta Grossa, que determinou a volta do curso de Medicina, concedendo uma liminar ao promotor Dr. Fuad, que ingressou com esse pedido em função de o governo ter cancelado o curso de Medicina na cidade de Ponta Grossa. E, para a alegria de todos os ponta-grossenses e de toda a região dos Campos Gerais, o juiz, depois de ouvir o governo, e isso fortalece a liminar, concedeu o direito aos alunos de continuarem no curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Até porque na sua liminar, o juiz diz que o Estado abriu nova faculdade na cidade de Bandeirantes; acabou estadualizando mais uma faculdade. E lá havia dinheiro para isso. O juiz cita também cargos que foram criados pelo governo, nesta Casa, para o Teatro Guaíra e aí, sim, tinha dinheiro, só não tinha dinheiro para continuar o curso de Medicina na cidade de Ponta Grossa. Mas, o juiz também entende que a transferência dos alunos de Ponta Grossa é uma violação ao direito democrático dos estudantes.

Então, essa liminar é uma liminar de muita importância para a história político-administrativa da universidade, é um momento muito importante para a cidade de Ponta Grossa. E, ao mesmo tempo, essa liminar suspende um ato que não foi da democracia, que foi da ditadura, da caneta do governador Roberto Requião.

E o juiz diz, nos fundamentos finais do seu parecer: “Posto isto, com fundamento no artigo 12 da Lei 7347/85, combinado com o artigo 273 da CPC. Concedo a liminar pedida pelo Ministério Público e estendo a todos os atos administrativos proferidos pelo senhor governador do Estado do Paraná, em consequência determino a volta imediata ao funcionamento do curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Determino, ainda, que o réu - o Estado, e ademais, que não os omita em fazer o repasse dos valores previstos no Orçamento em favor da instituição para custeio do referido curso”.

Neste momento, o juiz concede o direito de prosseguir o curso de Medicina em Ponta Grossa.

É claro, senhor presidente e senhores deputados, que sabemos que o contra-ataque será fulminante do Estado. Sabemos que o Estado usará de todos os direitos que tem, usará de tudo aquilo que dispõe para tentar, aqui no Tribunal, cassar essa liminar que foi baseada no direito adquirido dos estudantes de Ponta Grossa. Vamos torcer que o governo não tenha êxito, que a Justiça de Curitiba, que a Justiça do Paraná sejam do mesmo peso e da mesma medida que a de Ponta Grossa e que a gente consiga manter essa liminar que é de fundamental importância para a credibilidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Para finalizar, aproveito a ocasião para falar a respeito do secretário de Ação Social do Estado do Paraná, Padre Roque, que no governo tem uma função específica.

O Requião é muito inteligente: deu ao Padre Roque a Secretaria da Ação Social e deu a ele, também, o comando do Movimento dos Sem-Terra. O Padre Roque tem a incumbência de não deixar acontecer problema. Então, o Padre Roque está andando mais como sem-terra, que como secretário da Ação Social. E nessa incumbência, nas andanças que fez por Ponta Grossa, andou dizendo que a atitude do povo de Ponta Grossa em relação ao curso de Medicina, é uma atitude politiqueira.

Só gostaria de lembrar ao Padre Roque que politiqueiro é aquele que troca seu título, e que para mim é demagogia, sai da cidade que estava e leva o título para outra cidade. Ponta Grossa está feliz, está alegre porque o padre tirou o título de lá! Não é mais eleitor e nem vai receber mais voto de Ponta Grossa! Então o povo de Ponta Grossa está contente, porque ele disse que nós somos politiqueiros, mas em momento nenhum o Padre Roque, amigo pessoal do nosso presidente do PT, deputado André Vargas, em momento nenhum ele participou do movimento, dizendo uma palavra favorável ao curso de Medicina em Ponta Grossa.

Então, como dizia o Requião nas suas campanhas, e usava um termo bem popular, que o povo entende “que já se vai, Satanás, não sei o quê”. Então que já se vai! E Ponta Grossa está contente que o curso de Medicina vai ser uma realidade. Vamos brigar agora na Justiça, se Deus quiser! A Justiça do Paraná haverá de andar, da mesma forma que andou em Ponta Grossa. E nós havemos de ganhar, manter essa liminar, porque o curso de medicina de Ponta Grossa é um direito do povo. E também me disseram que o governador tem que entender que somos de Ponta Grossa e nós temos que brigar pelo que é dos Campos Gerais. Agora, ficaria sem nexos se eu não brigasse pela cidade. Afinal, sou o deputado mais votado em Ponta Grossa, tenho que brigar por ela!

#### **O Sr. Valdir Rossoni**

Tenho ouvido muito essa polêmica do curso de Medicina de Ponta Grossa. E quero recuperar aqui a história e lembrar o início do governo Jaime Lerner que sucedeu então o governador Requião. Lembro-me muito bem de que a mesma polêmica se estabeleceu quanto à Universidade de Cascavel. É uma pena que não está aqui o deputado Edgar Bueno, que foi um dos grandes batalhadores. O governador Requião criou a Universidade de Cascavel e na verdade não terminou, nem concluiu a construção do prédio onde funcionaria a Universidade de Cascavel.

O que fez então aquele que sucedeu o governador Requião? Terminou a construção, viabilizou os recursos para instalação da Universidade de Cascavel. E hoje funciona em Cascavel a universidade e tenho certeza, absoluta, que foi um feito dos dois governadores. Acho que seria uma atitude de grandeza do governador Requião,

em voltar atrás nessa atitude, e fazer com que o curso de Medicina funcione lá em Ponta Grossa.

Porque, deputado Vanhoni, alegar que não existe recursos neste momento para o funcionamento do curso de Medicina em Ponta Grossa, é na verdade chamar os deputados aqui de incompetentes, porque todos nós sabemos que o Estado do Paraná hoje, tem em caixa em torno de dois bilhões. Não vou dizer números exatos. Um passivo de setecentos, oitocentos milhões. Quer dizer, está com saldo positivo em torno de um milhão e meio. Então a alegação de que o governo não tem os recursos, é vazia, porque estão aí os saldos de caixa e seria muito bom mostrar para os paranaenses, que o governo que Requião assumiu, após Jaime Lerner, não é este que estão cantando por aí, dizendo que estava quebrado. O governo, na verdade, tem uma saúde financeira invejável, a nível de Federação e de Brasil.

Faço um apelo ao deputado Vanhoni. Tenho certeza absoluta, porque o Vanhoni sempre foi aqui um grande defensor das causas, principalmente dos professores, das universidades. Sei quanto empenho o deputado Vanhoni fez aqui nesta Casa para ajudar no encaminhamento dessas questões. E hoje ele, como líder, tem uma força muito grande para ajudar a resolver essa questão e para que todos possam sair contentes dessa situação e levar a tranquilidade para a população de Ponta Grossa.

Eu não faço política na região de Ponta Grossa, represento aqui o município de Imbituva, que muitos estudantes de lá estudam em Ponta Grossa. Por isso estou fazendo esse aparte, até para fazer aqui e recuperar um pouco a história e demonstrar a atitude que o governador Jaime Lerner teve no episódio da Universidade de Cascavel. Imagine se o governador Jaime Lerner ficasse também justificando dinheiro e não tinha dinheiro também. Nós não teríamos a Universidade de Cascavel! Hoje, graças a Deus, está lá a Universidade de Cascavel!

Então, deputado Vanhoni, acredito na sua habilidade, na sua força política, e certamente V. Exa. vai ao governador Requião fazer um apelo, em nome desta Casa, em nome do povo de Ponta Grossa, em nome do povo do Paraná, para que ele volte atrás, porque nem tudo o que ele pensa é a verdade e que está certo. Em alguma coisa ele tem que estar errado. Nesta, infelizmente, ele cometeu um equívoco.

Obrigado.

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

Senhor presidente, consulto o deputado Elio Rusch, para que nos cedesse o Horário da Oposição, porque há mais oradores inscritos para este debate, para que discutíssemos um pouco mais.

Aqui está estranho, está ficando engraçado, estamos na era do Requião e já começamos a ter saudades do Jaime Lerner. Já estamos com saudades do Jaime Lerner! O homem saiu faz cinco meses e já estamos com saudades do Jaime Lerner! Já estou vendo o deputado Rossoni, que tem saudades. Eu me arrepio de pensar nisto! Mas, já

se tem saudades do Jaime. Pelo menos Ponta Grossa está com saudades dele. E olha, eu me arrepio, mas já começam a sentir: “que saudades do Lerner!”. Isto é terrível para mim, mas já começamos a ouvir isto na Casa.

Concedo aparte ao deputado Plauto.

#### **O Sr. Plauto Miró Guimarães**

Nobre deputado, só para comentar o que o senhor aqui citou, de nós ponta-grossenses que estamos lá em Ponta Grossa, que vivemos nos Campos Gerais e que estamos na defesa do curso de Medicina, com relação ao secretário, o padre Roque Zimmermann, que em momento algum levantou uma bandeira, levantou a voz, teve uma posição para ajudar a defender os interesses da cidade de Ponta Grossa. Não vi o padre, em nenhum momento, levantar uma bandeira!

Também, nobre deputado, ele é funcionário do governador Roberto Requião, e eu não acredito que entre os interesses pessoais dele, que é seu emprego pessoal, e os interesses da cidade de Ponta Grossa, ele fica com a posição pessoal dele.

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

Eu tinha uma esperança tão grande no Padre Roque, tão grande! Que pelo menos ele rezasse uma missa, como ele já reza para os sem-terra, para nós, mas nem isso, não rezou uma missa em prol do curso de Medicina. Ele só reza para os sem-terra e esqueceu de nós. Mas, isto já passou.

Senhor presidente, queria, ao encerrar minhas palavras, ceder um aparte ao deputado Vanhoni, mas não há tempo. Então, gostaria de pedir ao governador: senhor governador, senhor líder do governo, deputado Ângelo Vanhoni, nosso amigo, deputado Antonio Anibelli, eu volto a dizer: governador Roberto Requião, dê uma olhada no que está acontecendo em Ponta Grossa, porque o senhor não sabe! Quem está informando, está informando mal, o senhor está tendo um desgaste tão grande em Ponta Grossa que as próximas gerações haverão de lembrar, e eu, como admirador até, das coisas boas do governador Requião, neste momento volto a dizer e deixo registrado, nesta Casa, de que o ato do governador Requião, o primeiro ato, o segundo ato de querer derrubar esta liminar é um ato que ficará registrado na história de Ponta Grossa e que as próximas gerações haverão de lembrar de Lerner, Lerner com saudades “deu o curso de Medicina”, e o senhor Roberto Requião acabou com o curso de Medicina em Ponta Grossa.

Obrigado, senhor presidente e senhores deputados.

#### **O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Próximo orador inscrito, deputado André Vargas.

#### **O SR. ANDRÉ VARGAS**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, imprensa paranaense aqui presente. Temos um pessoal da Justiça do Trabalho nos visitando no seu movimento;

também queria dizer que nós, quando avaliamos qualquer liderança política do Paraná, independente das divergências que tenhamos, tenho comigo que o deputado Padre Roque tem feito um esforço enorme para tratar a questão da terra, evitando conflitos agrários que podem levar à morte, trabalhadores rurais, e que podem levar a excessos desnecessários. Quando o governador destina ao nosso deputado Padre Roque, que teve dois mandatos de deputado federal, dois mandatos dedicados também à questão agrária, dois mandatos dedicados à questão do combate à corrupção e ao narcotráfico. O PT é um partido democrático, que enfrenta as suas divergências internas, que não escamoteia essas divergências.

No entanto, ao decidirmos, ao tomarmos posições, nós agimos com unidade, haja vista o debate colocado a nível nacional.

Quero aqui de público dizer que nós não podemos usar de chacota para tratar de uma liderança importante do nosso Estado, que se esforça para resolver um problema histórico deste país, 500 anos de denominação, 500 anos de concentração de renda e de terra. E, que agora o governador, como bem disse a nossa líder Luciana Rafagnin, juntamente com o ministro Miguel Rosseto, enfrentando um momento grave da sociedade paranaense, juntamente com o ex-deputado e nosso secretário Padre Roque, que enfrentam uma negociação feita à luz do dia, coisa que não foi feita no passado.

Falar da saudade do governo Jaime Lerner é menosprezar a inteligência dos paranaenses!

Quem é que não vê, não ouve ou não lê nos noticiários os escândalos diários que pipocam seja nas CPI's, seja nas anulações de contratos irregularmente feitos?

Respeito e disse aqui, a posição daqueles que defendem o curso de Medicina, frisei na palavra desta Casa. No entanto dizia que discordava do método e da forma como foi feito, da necessidade do diálogo por parte do governador.

Essa é uma casa de liberdades. O Parlamento só fortalece a democracia. Quando o Parlamento esteve fechado nós tivemos anos de ferro e de chumbo e não tivemos a liberdade de expressão.

Portanto, tratar a questão agrária, tratar as funções públicas que homens decentes ocupam de forma jocosa, usando de chacota, não é a melhor forma de enfrentarmos o grave problema que temos neste momento. Lá na Região Central do Paraná temos uma tensão que deve ser administrada no diálogo, para que vidas não sejam sacrificadas.

Portanto, usaria desta tribuna para falar de um outro tema, mas não é possível aceitar provocações baratas, colocando lideranças importantes do Estado, umas contra as outras.

Deputado Jocelito, tenho o maior respeito por V. Exa., que defende uma causa, somos solidários a essa causa, mas o método mais adequado é nos unirmos no sentido de discutirmos o ensino superior de verdade e não apenas pelas aparências como se está fazendo.



Já usei desta tribuna quando se falava da federalização de universidades. Já usei desta tribuna para dizer que nós poderíamos nos unir nesta Assembléia as Lideranças do Paraná para atrairmos para cá uma universidade federal, independentemente das estaduais que eventualmente já tenhamos.

É esse movimento que temos que fazer a favor, construindo, propondo.

Faria uso da palavra inicialmente para elogiar o posicionamento do governador Requião na área da telefonia, cogitando de uma possibilidade importante para o Estado do Paraná. De uma ação na área de telefonia, que unificasse duas potências que nós temos no Paraná: uma é a Sercomtel Telefonia Fixa, que está autorizada a operar em 93 municípios, podendo estender essa atuação por todo Paraná, empresa pública de economia mista, 45% da Copel e 55% do município de Londrina, aliada à estrutura que nós temos na Copel, aliada à estrutura de fibra ótica, uma empresa também moderna, nós poderíamos ter de fato uma empresa pública na área de telefonia fixa.

Sabemos nós que uma união como essa estratégica, há de buscar parceiros, há de buscar entendimentos. Falei hoje com o ex-presidente da Anatel, Renato Guerreiro, com o presidente da Sercomtel, Francisco Roberto e ele está em Brasília buscando esses entendimentos para que possamos fazer renascer no Paraná uma empresa pública na área de telefonia que possa combater a exclusão digital, que possa levar às escolas e a todas elas, não só nos grandes centros, o acesso à internet, possa levar a todo o Paraná um serviço de telefonia no campo. O deputado Rossoni bem sabe algo útil para os dias que temos enfrentado de forte urbanização.

Por isso queria, ao finalizar, elogiar o governador Roberto Requião e dizer que essa parceria tem que ser trabalhada, tem que se articulada, tem que ser buscada para que tenhamos, de fato, concorrência no setor de telefonia porque o Governo passado, não só e a título de dizer que nós teríamos da flexibilidade e a concorrência, formou grandes monopólios na área de telefonia fixa. Portanto, concorrência não só fixa, também celular e outras áreas da economia do Brasil.

Essa é uma idéia inovadora pronunciada pelo governador, agora, no Canal da Música e que nós deveremos, deputada Cida Borghetti, trabalhar, apoiar e articular para que voltemos a ter no Paraná uma empresa de telefonia fixa pública, com caráter público, dando acesso aos paranaenses a um direito que é o direito de cidadania.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Próximo horário destinado ao deputado Plauto Miró Guimarães.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Inicialmente, quero deixar registrado aqui que no dia de amanhã vou fazer um pronunciamento, nobre deputado André Vargas, falando sobre o MST, o Move-

mento dos Sem-Terra que invadiu na cidade de Ponta Grossa uma área de pesquisa agrícola da Monsanto. Uma área que é utilizada para desenvolver sementes de soja, de milho e de trigo e que no decorrer dos últimos anos a Monsanto e outros tantos institutos de pesquisa do nosso País conseguiram fazer com que a produtividade do campo no Brasil aumentasse: produtividade de milho, de soja, e de trigo.

Isso é conversa para amanhã, senhor presidente. Hoje, nós vamos falar da “trapalhada” que está virando o curso de Medicina da cidade de Ponta Grossa.

O governador do Estado do Paraná em torno de duas semanas atrás, assina um decreto cancelando, suspendendo o curso de Medicina da universidade estadual de Ponta Grossa e alega, nessa suspensão, que o governo do Estado do Paraná, não tem dinheiro para dar continuidade na implantação desse curso.

O promotor Fuad Faraj do Ministério Público e que cuida da área de saúde do município de Ponta Grossa, entrou com uma ação civil pública na justiça. Essa ação foi distribuída para o juiz da Primeira Vara, o Dr. Luiz Henrique Miranda, o que consulta a Procuradoria Geral do Estado para pegar informações para ter base no despacho que teria que dar.

Vejam só o que fala a Procuradoria da Justiça: “as metas anteriores previstas e os serviços já iniciados têm prioridade frente às novas despesas, assim como os investimentos já iniciados, o custeio já planejado de toda máquina estatal e a conservação do patrimônio público que não podem ser prejudicados por uma nova despesa pública, por mais relevante que seja, como é o caso do curso de Medicina.

Vejam bem, a Procuradoria defende que todas as obras que estão tendo continuidade, em especial na área do ensino superior, tenha do Governo do Estado o amparo financeiro, o amparo governamental. E nós vimos há um pouco mais de 30 dias, deputado Bradock, o governador Roberto Requião lá em Bandeirantes dando cinco milhões e oitocentos mil reais para a Faculdade Meneghel, para que lá, aquela fundação, pudesse ser incorporada, pelo governo do Estado do Paraná e passasse a ser custeada pelo dinheiro público, pelo dinheiro do nosso Estado, arrecadado através dos impostos. Então, a trapalhada está aí!

A Procuradoria fala uma coisa, o promotor faz um encaminhamento de uma ação civil pública, o juiz consulta e a baderna está aí.

Quero dizer aqui que está caminhando tudo isso, nobre deputado Durval Amaral, líder das Oposições, por uma grande pendenga judicial.

Veja, nobre deputado André Vargas, o senhor que é lá do município de Londrina. Nós recebemos da Câmara Municipal de Londrina um alerta, através de ofício aprovado por aquele plenário, que foi encaminhado ao senhor governador Roberto Requião e à Assembléia Legislativa do Paraná também. Ele fala o seguinte: Por iniciativa do vereador Tercírio Turini manifestamos a V. Exa. esse

documento encaminhado ao governador do Estado, a indignação daquela Casa com relação à decisão de encerrar as atividades do curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O curso de Medicina, antiga e justa reivindicação daquela comunidade traria um avanço significativo à área da saúde daquela região.”

Escutem só agora: “Também não podemos ignorar os problemas com relação à transferência dos acadêmicos da Universidade de Ponta Grossa para a Universidade Estadual de Londrina, Maringá e Cascavel, pois essas novas vagas serão questionadas judicialmente por estudantes que aguardam uma oportunidade para ingressar no curso de Medicina dessas cidades.”

São aqueles que ficaram, senhor presidente e senhores deputados, em primeira chamada e segunda chamada, que aguardam a oportunidade na desistência de um dos acadêmicos do curso de Medicina de Maringá, de Londrina e Cascavel, a oportunidade para ingressar, como é para aqueles que estão sendo transferidos de Ponta Grossa para esses outros municípios. Nós sabemos que é possível legalmente fazer através do “ex-offício” que hoje é possível que filhos de servidores públicos possam se utilizar desse instrumento para conseguir a transferência para as universidades do nosso Brasil.

Então, está aí, senhor presidente e senhores deputados: uma grande briga judicial está por acontecer.

E o que vai acontecer? Lá no final?

Acadêmicos de Ponta Grossa, eu sei, estão entrando com uma ação contra o Estado, de perdas e danos, para poder se ressarcir das despesas que já tiveram. Para poder se ressarcir dos gastos que tiveram com a moradia na cidade de Ponta Grossa, com vestibular que prestaram naquela cidade.

E quem vai pagar tudo isso, nobre deputado Durval? Nós! A população do Estado do Paraná, por uma atitude que o governador tomou que vai trazer um desgaste muito grande para o seu governo. O deputado Jocelito aqui falou, ele não imagina o vespeiro em que ele colocou a mão! Uma região inteira está contra ele, porque não aceita essa atitude, uma região que esperou mais de trinta anos para ver o curso de Medicina acontecer, e o ex-governador Jaime Lerner, como falou o Jocelito aqui, está trazendo saudades para aquela região, que lá atrás implantou um curso de Medicina.

Hoje estamos vendo um novo governador que acaba com esse curso alegando falta de dinheiro, falta de recursos financeiros.

Não é verdade! Existe sim, uma atitude política para denegrir a imagem do ex-governador do Estado naquela região e naquela cidade.

#### **O Sr. Durval Amaral**

Nobre deputado Plauto, quero cumprimentar V. Exa. pelo brilhantismo de suas palavras que vêm em defesa dos cidadãos da nossa querida Ponta Grossa.

Parece-me que é de bom senso aprovarmos nesta tarde o regime de urgência. Por quê?

O Ministério Público do Estado do Paraná, sempre vigilante, independentemente da “cor política” do governo, os promotores de Justiça e o Ministério Público agem em defesa da sociedade, assim como agiu na cidade de Ponta Grossa. Li atentamente a decisão que fundamenta a liminar concedida pelo douto juiz de Direito da cidade de Ponta Grossa, os argumentos argüidos pelo Ministério Público que fizeram com que o juiz tivesse a convicção de conceder essa liminar.

E com toda certeza, não tenho dúvida, prosperará no mérito essa decisão também, porque o curso já está implantado, está em funcionamento, foi criado por lei e tantos são os jovens atendidos, não só da comunidade de Ponta Grossa, mas de toda a região, de tal sorte, que essa sua luta, que é a luta do deputado Jocelito, que é a luta de toda a comunidade de Ponta Grossa, só fortalece o espírito de união da comunidade.

Então, quero conclamar a todos os nossos parlamentares, independentemente de quando viermos a analisar o mérito desse regime de urgência, que aqueles que entenderam que devam votar com o Governo, ficando contra a população de Ponta Grossa, que assim o façam. Mas o regime de urgência, haja vista que temos uma liminar do Poder Judiciário, que efetivamente aprove o regime de urgência que vamos votar logo mais, nesta tarde.

Muito obrigado pelo aparte!

#### **O Sr. Jocelito Canto**

Permite-me um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Plauto atentamente acompanhando seu pronunciamento nos preocupou essa notícia que o senhor leu aí, de que na Câmara Municipal de Londrina existe uma preocupação e já existem ações que estão sendo propostas por estes estudantes acadêmicos da cidade de Londrina. E isso é uma grande preocupação, o Estado deve prestar muita atenção, até porque os estudantes de Londrina têm direito de usarem essas vagas que estão sendo transferidas de Ponta Grossa, que é um direito, de acordo com o vestibular que foi feito.

O ato do governador Roberto Requião extrapola as fronteiras de Ponta Grossa e atinge também a cidade de Londrina - aqui muito bem representada pelo deputado André Vargas e por outros deputados, como o deputado Barbosa, a deputada Elza, enfim - nós nos preocupamos, porque a atitude do governador começa a trazer problemas mas também em Londrina, porque os estudantes lá começam a se rebelar, exatamente porque eles têm o direito e não os alunos que são de outra universidade.

Então, essa é uma preocupação que pode trazer sérios transtornos e consequências sérias não só para o curso de Medicina de Ponta Grossa, mas também para a Cidade de Londrina. Então, que essa preocupação levantada por V. Exa. seja, mais uma vez, e acima de tudo, avaliada pelo Governo. Quem sabe seja a oportunidade de o

governador voltar atrás, se reunir com a comunidade, ouvir a população de Ponta Grossa.

E volto mais uma vez a insistir aqui, deputado Vanhoni e deputado Anibelli, o governador Requião não sabe o que fez em Ponta Grossa ainda! Não sabe o que o povo de Ponta Grossa está a pensar do governador!

Quando falei aqui que o povo já está com saudades do Jaime Lerner, não quer dizer que eu estou com saudades dele, isso quero deixar bem claro aqui. Estou dizendo que as pessoas de Ponta Grossa já estão com saudades do Lerner, porque ele deu o curso de Medicina e o Requião foi lá tirar!

Então, é essa preocupação que volto a dizer aqui, que as pessoas estão preocupadas, porque o Lerner, com todos os seus defeitos, com todas as suas maldades, com a sua discriminação, está sendo lembrado como herói. Com tudo de ruim que eu acho que ele fez, tem coisas boas que ele fez também e o povo já começa a clamar. Já estão falando que vai ter até outdoor para o Jaime Lerner em Ponta Grossa!

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente e senhores deputados.

Está aí toda uma situação criada. Quero aqui falar aos representantes de Londrina, à deputada Elza, o Barbosa e também o André, que a ação começa a acontecer lá na cidade de vocês, dos acadêmicos que estão aguardando a sua oportunidade para ingressarem na Universidade. E tenho certeza que a união desses acadêmicos de Londrina, Maringá e Cascavel que estão esperando para serem chamados para ocuparem as vagas que estão por abrir, caso haja a desistência de alguns dos acadêmicos, que estão cursando Medicina, com certeza, vai trazer à tona uma bronca judicial.

Senhor presidente, senhores deputados, agradeço a todos. Hoje iremos votar no regime de urgência aquele decreto legislativo. Quero pedir encarecidamente a todos, principalmente aos deputados da base do governo, vamos votar esse regime de urgência, aprová-lo, para que possamos decidir rapidamente. A questão do mérito será na continuação que iremos votar aqui no plenário. O regime de urgência, pelo menos vamos votá-lo e aprová-lo, para que, rapidamente, o Plenário possa discutir e votar o caminho a ser votado pela sua maioria.

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

#### O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Horário destinado ao Grande Expediente.

Por requerimento do deputado Doutor Luciano, o Horário do Grande Expediente será dedicado ao presidente da Federação dos Hospitais do Paraná, Dr. José Francisco Schiavon, que antes de ser presidente da Federação foi ortopedista do melhor time do Brasil.

Peço ao Doutor Luciano que faça a apresentação do nosso convidado.

#### O SR. DOUTOR LUCIANO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. É um prazer estar recebendo o Dr. José Francisco Schiavon. Há controvérsias se é o médico do melhor time do Brasil.

O Sr. José Francisco Schiavon é presidente da Associação dos Hospitais do Paraná - Fehospar, entidade que congrega mais de 3500 estabelecimentos na área da saúde no Paraná, mais de 500 hospitais responsáveis por mais de 35.000 empregos diretos.

Há duas semanas atrás nos procurou e esteve na Comissão de Saúde, colocando uma situação que vem afligindo os hospitais do Estado do Paraná, principalmente no que se refere a reajustes dos preços de taxas e diárias e que está levando a uma situação difícil desses hospitais.

Quero saudar também aqui a todos os diretores de hospitais presentes. Há dois ex-secretários de Estado que estão presentes conosco, Dr. Sobânia e o Dr. Jackson Badui. Deixo a palavra e a explanação com o Dr. José Francisco Schiavon. É um prazer tê-lo conosco.

#### O SR. JOSÉ FRANCISCO SCHIAVON

Obrigado, Doutor Luciano, obrigado, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, pela oportunidade que é dada à Federação dos Hospitais do Estado do Paraná, de poder ocupar esse importante espaço que nos é dado, para denunciar as dificuldades que hoje estão vivenciando os hospitais e os prestadores de serviço de saúde no Estado do Paraná.

Como bem disse o Doutor Luciano: apresentamos 3500 estabelecimentos de saúde, empregamos 35.000 pessoas em empregos diretos. Somos compostos de 18 sindicatos no Estado do Paraná e representamos 85% dos atendimentos realizados pelo Sistema Único de Saúde e 100% dos atendimentos realizados à saúde suplementar, isto é, à saúde realizada através dos serviços contratados pelas operadoras de serviços, cooperativas médicas, sindicato. Abrange mais outros segmentos importantes que exercem o serviço, como operadora e são vinculados à Agência Nacional de Saúde.

O momento é difícil, senhores. Essa situação de penúria a que chegamos, apesar das denúncias que fizemos há seis anos atrás, dizendo que poderíamos chegar no fundo do paço, em curto momento. Hoje estamos no fundo do poço. Temos uma dificuldade enorme de sobrevivência e temos uma responsabilidade enorme com o povo paranaense. Uma responsabilidade social, de dar assistência a esta população tão importante de nosso Brasil. Não podemos, em momento algum, deixar de contribuir com uma assistência de qualidade e com responsabilidade. Temos este dever social e este nós estamos cumprindo a duras custas e com grande dificuldade, onerando os cofres dos hospitais e dos demais prestadores de serviço de saúde.

Não podemos conviver com uma diária cujo valor médio é pago por uma operadora de serviço de saúde em

torno de 30 reais. Este valor nos é pago, o mesmo valor, há oito anos e neste mesmo período, a inflação denunciada pela Fundação Getúlio Vargas ultrapassou a casa dos 188%. Não podemos ter um reajuste zero nesse período todo e sermos obrigados a prestar um serviço com qualidade.

Isto levou a rede hospitalar do Estado do Paraná a uma condição de endividamento que vai em torno de 6 a 12 faturamento/mês e esta dívida bancária é difícil de ser resgatada - nós não temos como saldar esta dívida porque não temos receita. Acreditamos também e temos a certeza de que esses números citados pelo Ministério da Previdência e devedores, os hospitais são, sem dúvida nenhuma, os maiores devedores da Previdência Social, porque neste período deixaram de pagar a Previdência, deixaram de pagar os demais tributos, na sequência passaram a reduzir os pagamentos aos fornecedores e agora, senhores deputados, nós estamos atrasando também o salário dos nossos funcionários.

A nossa preocupação, senhores deputados, é com a possibilidade de um desabastecimento no atendimento à população paranaense.

Nós não gostaríamos que isso jamais chegasse a tal ponto. Lamentavelmente esta possibilidade real existe e estamos aqui denunciando para que, talvez, possamos, juntos, reverter esta tendência. Queremos manter o atendimento, dar assistência a todos os nossos paranaenses, mas queremos também um valor justo pelo serviço que hoje nós prestamos.

Não podemos receber trinta reais por uma diária e esta diária custar, numa enfermaria, 80 reais. Uma diária, para quem não conhece como funciona um Hospital, é representada por quatro refeições, por atendimento especializado de enfermagem, atendimento de assistente social, muitas vezes de psicóloga, troca de roupa de cama e higienização de leito e alguns outros insumos que compõem as despesas para cobrir esta mesma diária, desde a fase de internamento, como impressos e demais serviços de telefonia, água e luz, como outros insumos necessários para cumprir assistência com qualidade.

Queremos, senhores deputados, que vocês possam neste momento intermediar uma possível solução que é a de mediar um relacionamento que está praticamente rompido com as operadoras de serviço de saúde. Os hospitais têm hoje as portas fechadas e não têm acesso à negociação com as operadoras. E esse congelamento unilateral, feito pelas operadoras e pelo Ministério da Saúde que hoje também têm os mesmos valores pagos pelos procedimentos, nos traz essa dificuldade toda. Nós talvez com a ajuda de vocês, já que a Comissão de Saúde, presidida pelo eminente deputado Luciano Ducci já fez a convocação da nossa pessoa e pudemos expor aos membros da Comissão este mesmo assunto, gostaríamos que esta Comissão agendasse um encontro dos prestadores com as operadoras, mediado pela Comissão de Saúde desta Assembléia.

Este talvez fosse o caminho - que pudéssemos escolher como o mais curto - para evitar que num momento tão grave como este que estamos passando, com data-base de reajuste para os funcionários para o mês de maio nós não temos nenhum centavo para conceder! Existe a possibilidade de uma greve e uma paralisação da prestação de serviços de saúde, provocada por essa dificuldade de podermos reajustar os salários de nossos funcionários. Este talvez seja o segmento que tem a menor remuneração dentre todos os segmentos da economia do nosso Brasil, os funcionários que prestam aos hospitais hoje têm uma remuneração muitas vezes menor até do que a de um trocador de ônibus, de Curitiba.

Isso não é justo, senhores!

Precisamos remunerar bem nossos funcionários para que eles sejam motivados a dar uma assistência digna aos nossos familiares e aos familiares de vocês. Queremos que, no momento em que qualquer um de nós precisar de uma assistência, ter a certeza que os hospitais estarão com suas portas abertas, o plantonista presente com toda equipe de enfermagem à disposição, colocando à disposição toda medicação necessária para dar assistência e recuperar o doente ou quando qualquer um, numa crise de emergência, precisar dessa assistência.

Nós gostaríamos que os senhores pudessem analisar com bastante cuidado este momento.

Esta Casa é uma casa que representa os interesses do povo paranaense, que precisa do apoio de vocês para que os hospitais, não só de Curitiba, como de todas as cidades que têm hospitais pequenos e que estão lá em extrema dificuldade possam manter suas portas abertas, dando assistência a todos os municípios que por ventura precisem.

E quando qualquer um de nós tiver um problema qualquer, não sejamos obrigados a recorrer a outros centros ou até muitas vezes procuramos um atendimento no exterior que é extremamente caro e oneroso.

#### **O Sr. Rafael Greca**

Permita-me uma indagação, Dr. Schiavon.

#### **(Assentimento)**

A carga tributária em cima dos hospitais incide de que maneira? Que impostos os hospitais pagam?

#### **O SR. DR. JOSÉ FRANCISCO SCHIAVON**

Deputado Greca, essa pergunta é procedente, a carga tributária é idêntica a uma indústria e qualquer atividade do comércio. Nós tributamos PIS, Cofins, nas mesmas condições, Previdência, nas mesmas condições, tributamos todos os demais tributos que cabem a qualquer atividade econômica. Só temos, na verdade, uma redução, graças a interferência até do eminente deputado Greca, quando prefeito de Curitiba, aqui em Curitiba, com relação ao ISS tributado para os atendimentos prestados para os pacientes do Sistema Único de Saúde. Para os demais pacientes, o ISS é 5%.

O SR. RAFAEL GRECA

Para os pacientes da rede particular é 5%.

O SR. DR. JOSÉ FRANCISCO SCHIAVON

Também 5%.

O SR. RAFAEL GRECA

E quando é do SUS não se paga? Aquela nossa disposição ainda se mantém?

O SR. DR. JOSÉ FRANCISCO SCHIAVON

Graças a sua interferência, deputado, isto permanece até o dia de hoje e tem sido renovado ano a ano. Se todos vocês pudessem fazer o que naquela oportunidade fez o deputado Greca, nós com certeza teríamos uma condição bem melhor.

Os tributos hoje são cobrados em idênticas condições a qualquer atividade econômica. A saúde tinha que ter um atendimento diferenciado!

O SR. RAFAEL GRECA

Há algum tributo estadual que pudesse ser reduzido?

O SR. DR. JOSÉ FRANCISCO SCHIAVON

O Estado realmente não tributa.

O Estado poderia, como detém a distribuição de energia elétrica e também a distribuição de água, talvez pudesse ter um valor diferenciado para a energia elétrica e o fornecimento de água para os hospitais e clínicas. Isto talvez o Estado pudesse fazer. O ICMS não é tributado, porque somos isentos por uma lei muito antiga que passou por esta Casa.

O SR. RAFAEL GRECA

Muito obrigado.

O SR. DR. JOSÉ FRANCISCO SCHIAVON

Estamos à disposição para outras perguntas se houver necessidade, mas gostaríamos de repetir que precisamos de ajuda, estamos numa fase extremamente difícil e tem que ser reconhecida por todos os deputados.

Muito obrigado.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Só para informar que a Comissão de Saúde já deliberou por uma reunião com as operadoras, que deve estar acontecendo nos próximos dias, para que na sequência possamos fazer uma reunião conjunta da Fiospar com as operadoras. E também colocar que estamos encaminhando um projeto de indicação das tarifas de água e luz para os hospitais que atendem o Sistema Único de Saúde.

O DR. JOSÉ FRANCISCO SCHIAVON

Muito obrigado, deputado, é realmente muito importante para a nossa área. É isso que nós gostaríamos

e talvez pudesse minimizar a angústia que estamos vivendo nesse momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Não havendo nenhum deputado que queira utilizar a palavra, agradecemos o Dr. Schiavon pelas suas palavras. Com certeza o Dr. Luciano trará esse assunto aos senhores deputados.

Horário destinado à Liderança do PP.

Com a palavra o senhor deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Tivemos ontem uma decisão judicial que concedeu liminar na ação civil pública, que foi impetrada em Ponta Grossa, mais uma vitória do povo ponta-grossense, da gente dos Campos Gerais e por conseguinte, de todos os paranaenses.

Na universidade, essa decisão faz com que o curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa dê seu prosseguimento. É claro que sabemos que o Executivo, que o governador, que o procurador geral do Estado certamente estão trabalhando no sentido de que seja revogada, que seja cassada essa liminar, o que será deputado Bradock, mais um tapa que o governador Jaime Lerner vai dar no povo de Ponta Grossa.

Vejam só, o governador Roberto Requião ganhou as eleições em Ponta Grossa com uma larga margem de votos.

Eu acredito que o governador vai pensar muito, deputado Élio Rusch, antes de pedir ao procurador geral que trabalhe no sentido de que haja a cassação dessa liminar. Ele tem tempo, tem a noite para pensar para refletir sobre sua ação. Mesmo das outras ações que certamente serão impetradas, deputado Rossoni, dos alunos que têm direito adquirido, autonomia da universidade, uma série de problemas.

Seria de bom alvitre que o governador dissesse: olha, gente boa de Ponta Grossa, nós vamos reabrir os cursos, vamos dar prosseguimento.

Mas queria, nunca, é claro, querendo polemizar, é me somar aos irmãos ponta-grossenses, mesmo porque tenho ligações familiares muito fortes com Ponta Grossa, tendo em vista que a minha esposa é ponta-grossense.

Mas, tenho que trazer até aqui, à memória - o deputado Jocelito Canto no seu entusiasmo, na defesa da Ponta Grossa, na defesa do curso de medicina, dizia há pouco que o povo de Ponta Grossa já está falando com saudades do governador Jaime Lerner.

Ora, senhores deputados, acredito que o povo de Ponta Grossa vai sentir muitas saudades do governador Jaime Lerner, não só pelo curso de Medicina que foi implantado em Ponta Grossa, mas pelo progresso, pelo desenvolvimento que Ponta Grossa teve e está tendo em função da administração do governador Jaime Lerner.

Lembro muito bem, no outro governo do Roberto Requião a Kaiser não se instalou em Ponta Grossa, porque na época o governador disse: “Querem incentivos fiscais: Eu não vou dar! Não vou dar incentivo fiscal para a Coca-Cola”. A Coca-Cola era proprietária da Kaiser e não se instalou. O governador Jaime Lerner, com o seu programa de atração de novos investimentos para o Paraná. Concedeu dilação de prazo para o pagamento de ICMS e a Kaiser lá se instalou, gerando empregos, gerando tributos, gerando renda para aquela região. Mas não é só a Kaiser que devemos lembrar. Se tivesse continuado o governador Jaime Lerner na mesma linha do governador Requião certamente a Kaiser não estaria em Ponta Grossa hoje não estaria recebendo o retorno do ICMS que recebe!

Mas se fosse só a Kaiser, presidente Stica, diríamos a Kaiser é multinacional, é da Coca-Cola, não precisa, pode ir embora. Não foi só a Kaiser. Os pontagrossenses vão ter muitas saudades do governo Jaime Lerner, porque, além da Kaiser, muitas indústrias, deputado Rafael foram para lá dinamizando ainda mais a economia dos Campos Gerais, fazendo com que os empregos que são criados proporcionem melhor qualidade de vida à população daquela região. O Poder Público municipal tem o seu retorno através da arrecadação de ICMS. Todos nós aqui sabemos da importância da industrialização, não só para o Estado como também para o município, para que ele tenha um melhor valor agregado.

Veja só os pontagrossenses deputado Luiz Carlos Martins, vão sentir saudades do governador Roberto Requião, disse que não deixava colocar, tem a Tetra Pak, uma indústria de embalagem, que agrega muito imposto; tem a Maciça, que trabalha com madeira aglomerada, que faz o MDF uma nova tecnologia de madeira, absorvendo os reflorestamentos de toda a região, agregando valores a uma tecnologia produzida ali; tem a Continental, que fabrica pneus e correias que também agrega valores; tem a ampliação da Sadia e hoje a Sadia está fabricando pizzas em Ponta Grossa, que distribui para todo o Brasil; tem a Bulier, uma empresa Belga que fabrica tapetes e carpetes na região de Ponta Grossa. Isso, só o que eu lembrei rapidamente.

Então, vejam os senhores, veja deputado Bradock, o senhor que é um pontagrossense da cepa, que sempre defende a sua cidade também, veja a importância dessas indústrias para o progresso e para o desenvolvimento de Ponta Grossa.

Então, queria dizer aqui, que os pontagrossenses irão sentir muitas saudades pelo curso de Medicina, mas também pelos investimentos que foram realizados, pela dinâmica do desenvolvimento que Ponta Grossa recebeu. Queria dizer com essas palavras, que não é só Ponta Grossa que vai sentir saudades.

Muitos municípios do Paraná vão sentir saudades, não só pelas indústrias, não só pelo curso de Medicina, mas principalmente pelos investimentos em todas as áreas. Na área da saúde, da educação, da infra-estrutura,

porque os municípios receberam muito nos últimos oito anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

No horário destinado ao PSDB, concedo a palavra ao deputado Valdir Rossoni.

Antes, porém, quero registrar a presença do vereador da cidade Guaraqueçaba, Joseni Roeckner, nosso amigo Polaco.

Bem-vindo!

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados, pela primeira vez, faço uso do horário da Liderança do PTB, cedido pelo ilustre líder Ademar Traiano, mas o faço até por uma questão de justiça, porque recebi agora uma cartilha, encaminhada pela CUT, quanto à questão da reforma da Previdência.

Gostaria, senhor presidente, da atenção da ilustre líder do PT, Luciana Rafagnin e do ilustre líder do Governo, Ângelo Vanhoni, para que eles se posicionassem quanto à questão da reforma da Previdência, porque nada melhor do que a história e o passado, para que a gente possa fazer aqui um esclarecimento e um posicionamento do presente.

Quando se falava da Reforma da Previdência no governo Fernando Henrique, o PT e o atual governador do Paraná se posicionavam radicalmente contra a reforma da Previdência. Ganham o Governo do Paraná, ganharam o Governo Federal, até agora, pasmem os senhores, recebo uma cartilha aqui, aonde se posiciona contra a Reforma da Previdência, a CUT.

Quero saber o seguinte, do líder e da líder do PT e do líder do Governo. O atual governador mudou de posição ou ele viu que o presidente Fernando Henrique estava correto? À Líder do PT a pergunta que faço: Quem mudou, ou será que como diz às ruas, será que a cartilha de Fernando Henrique ficou em cima da mesa do Lula e ele a está seguindo religiosamente?

Nós precisamos saber desse posicionamento. Ou o PT é o PT de Lula, que disse que era contra a Previdência e que hoje é favorável, que mandou ao Congresso, ou o PT é o PT do Babá ou da Heloisa Helena, que é contra a Previdência Social: Temos que, primeiro, para começarmos a discutir essa questão saber aqui o posicionamento dos ilustres parlamentares, porque no passado, quando nós defendíamos a reforma da Previdência, quando defendíamos a reforma tributária, quando defendíamos o Fundo de Previdência do Estado, parecíamos que éramos os homens maus deste País e deste Estado.

Diga-se, de passagem, quero louvar o secretário Stephanes, o qual tenho inúmeras discordâncias; outro dia, ouvi o secretário Stephanes falando na CBN, onde ele diz: o Estado do Paraná na questão previdenciária está muitos anos na frente dos outros Estados. É a melhor Previdência de qualquer Estado brasileiro! Isto, reconhecido

pelo secretário Stephanes, que é hoje o secretário da Administração.

Então, quero saber: estava certo o Fernando Henrique? Estava certo o Jaime Lerner? E, hoje, o governador Requião se curva a isto? O presidente Lula se curva a isto? O PT está reconhecendo que os defensores da reforma da Previdência estavam certos? É a pergunta que faço.

Na verdade, quando nós, deputado André, como não estou merecendo atenção da líder do PT e nem do líder do Governo, V. Exa. como presidente do PT pode me dar esta atenção, porque tenho certeza de que V. Exa. me dará estas respostas: eu quero saber se o seu PT é o PT do Lula ou do Babá! Quero saber se o PT está a favor das Reformas da Previdência, é porque o Fernando Henrique estava certo, diga-se de passagem, para aqui deixar enumerado, porque hoje parece que foi o dia do Jaime Lerner, aqui. O deputado Stephanes esteve na CBN estes dias e reconheceu publicamente que o sistema previdenciário do Estado do Paraná é exemplo para o Brasil e que a Previdência do Estado do Paraná, que foi criticada aqui na Casa, é hoje a que tem melhor saúde financeira. É claro que foram adiantados royalties e tudo, mas, na verdade, não se pode usar um discurso para ganhar a eleição e outro para governador, porque o povo já não acredita mais em nós, políticos.

E agora o PT, que gozava de um pouco de credibilidade junto à população, está fazendo tudo o que o Fernando Henrique estava fazendo. Quer dizer, a cartilha estava em cima da mesa, esqueceram de jogar na lixeira.

Era isto, senhor presidente. Eu agradeço e aguardo o posicionamento do PT, qual é o PT dele.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

No horário destinado ao PDT, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputado.

O que trago a esta Casa é um assunto levantado pela imprensa e que com certeza não é só o Paraná e não é só, deputada Elza Correia, a nossa região.

Barbosa, tanto a Folha de Londrina quanto o JL trouxeram estampado que 37,5% do combustível na nossa região é adulterado. Mais recentemente, o presidente Lula, quando falava aos usineiros do Sistema Sucro-alcooleiro do Nordeste, já dizia que os malandros que estão dentro da cadeia de distribuição do setor de combustível não permitem que a redução de preços possa chegar até a bomba, até o consumidor.

Na nossa região, deputado Hermas Brandão, V. Exa. conhece bem, é uma região onde dificilmente se compra, se adquire um combustível que não seja adulterado. E esta situação tem trazido prejuízo à economia popular, prejuízos severos ao consumidor que tem, na sua grande maioria, os equipamentos de combustão de distri-

buição dos veículos, problema sério de desgaste precoce, em função do combustível inadequado.

Por isso, encareço ao líder do Governo, deputado Vanhoni, que leve até o Governo a preocupação e que ele, através dos seus instrumentos, a delegacia, o Decon, que leve junto à Receita Estadual e que leve também junto à própria polícia uma ação firme e decidida a reprimir aqueles que provocam prejuízos na economia popular.

O combustível em média, no Brasil, a adulteração é de 9,7% na região Norte do Estado do Paraná é de 37%. Evidentemente, que nós não estamos colocando à disposição do consumidor, um produto que se diz estar sendo entregue.

Por isso, senhores deputados, estaremos encaminhando expediente, para que o Governo tome medidas mais firmes quanto à fiscalização, quanto ao acompanhamento, tanto do Governo do Estado e do Governo Federal.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Próximo orador do PMBD, deputada Elza Correia. Cinco minutos a senhora dispõe.

**A SRA. ELZA CORREIA**

Senhor presidente, nobres companheiros e companheiras, imprensa, visitantes, queria inclusive agradecer a presença do Cesar Santos, presidente do Sindiprol, o representante dos Servidores Públicos Federais, que nos visitam e irão à Brasília, já que o debate está posto em relação à reforma da Previdência, entregando a todos nós uma cartinha.

Acho que é isso, esse é o momento do debate, esse é o momento em que as entidades têm para colocar as suas posições e queria cumprimentá-lo e desejar sucesso.

Gostaria de dizer ao companheiro Jocelito e a outros colegas que hoje colocaram um certo sentimento de que alguém teria saudades do Governo Jaime Lerner.

Eu gostaria de deixar consignado que, como cidadã, não sinto um pinga de saudades, como sentir saudades de quem golpeou o povo do Paraná com o chicote do descaso, desrespeitou os nossos direitos como cidadãos, sucateou as mais importantes estruturas do Estado do Paraná, usou mal o dinheiro público, causou danos ao nosso patrimônio! Vendeu o Banestado, de forma que hoje, nesta Casa, uma CPI busca explicações para esse fato! Esperneou para vender a Copel, só não fez diante da reação organizada do povo desse Estado!

Diria, se perguntássemos inclusive aos ponta-grosses, não seria unânime, como disse Jocelito, a saudade do governador.

Estou convencida que a maioria do povo deste Estado sentiu na pele a ausência de políticas públicas, o que é a malversação do dinheiro público.

Portanto, sentir saudades, mesmo do maior dos masoquistas, com certeza absoluta, não haveria de sentir

saudades de um governo que tripulou a nossa cidadania e a nossa dignidade.

Penso que o governador Roberto Requião não foi nem leviano e nem responsável nessa medida em relação à Faculdade de Medicina, em Ponta Grossa.

Estou convencida da decisão acertada do governador, e portanto hoje votarei contra o regime de urgência proposto pelos companheiros por uma questão de coerência. Estou convencida que essa medida foi necessária, embora possa ser antipática. Mas, compete aos homens que governam este País atitude de coragem para determinadas decisões, nem sempre as mais populares e as mais simpáticas aos olhos da população.

O futuro vai dizer quem tinha razão.

Gostaria de colocar hoje aqui, como mérito de todos os deputados e também do deputado Barbosa Neto, que também se preocupou com essa questão, que nós recebemos uma correspondência da Câmara de Vereadores de Londrina solicitando um posto da Polícia Rodoviária Federal.

O companheiro Barbosa Neto fez um requerimento e nós também intermediamos junto ao superintendente da Polícia Rodoviária Federal do Estado - Sr. Jairo Tupi Costa, e conseguimos, depois de muitas reuniões, de idas e vindas, de reuniões em Londrina, de reuniões aqui em Curitiba, fazer com que fosse instalado em Londrina, um posto da Polícia Rodoviária Federal, que será no antigo prédio do Demit - Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transporte. Essa medida é extremamente importante, porque hoje os escritórios da Polícia Rodoviária mais próximo são em Ponta Grossa e Cascavel, dificultando, sobremaneira, a vida da população.

Já concluo, senhor presidente.

Essa medida caminha na direção da resolução de uma vigilância maior e mais efetiva em relação ao tráfico de drogas, principalmente considerando que é uma rota de tráfico de drogas em nossas regiões e que estava, absolutamente, sem fiscalização, em função da ausência desse posto policial.

Portanto, essa medida é uma medida importante. Ela, inclusive, vai atender a uma fiscalização maior nas estradas em relação à questão dos ônibus de excursões que não estavam sendo devidamente fiscalizados por falta de profissionais na área e penso que esse atendimento vem de encontro com os anseios não só da cidade de Londrina, mas de todas as cidades circunvizinhas. E é mérito desta Casa, à medida que aprovou o requerimento do deputado Barbosa Neto, e entendo que todos aqui - sem exceção, a cada passo que nós damos, a cada pequena medida, a cada pequena decisão que são tomadas em benefício da população é, evidentemente, mérito de todos nós, todos os deputados e deputadas desta Casa.

Penso, portanto, que a instalação deste posto vai resolver, substancialmente, essa questão.

Encerro por aqui. Quero ser disciplinada, apenas dizendo da importância da instalação deste posto e isso,

sem dúvida nenhuma, é mérito de todos nós, não só desta deputada e do deputado Barbosa Neto.

Muito obrigado.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu estava conversando com a assessoria, mas vi que o deputado Rossoni falava do meu nome, falava do deputado Ângelo Vanhoni e gostaria de, brevemente, dar uma resposta ao deputado no que se refere às mudanças da Previdência, no que se refere à reforma Tributária, porém, requer um tempo maior e não vou fazer agora, mas apenas dizer ao deputado que o Partido ao qual pertença é o Partido dos Trabalhadores, é o PT, é o PT do Lula que tem Baba, que tem Eloísa Helena, que tem Marta Suplicy, que tem Mercadante! Todos gente muito boa! Todos gente de qualidade, porque é um partido muito aberto, é um Partido democrático que respeita qualquer manifestação que surgir! E o Lula disse sempre que estava preparado e que ele sempre defendeu as manifestações e vai continuar defendendo. Portanto, a CUT tem toda a liberdade de se pronunciar, o pessoal que não concorda com o que está sendo encaminhado, de discordar. As pessoas têm essa liberdade, pois vivemos num país democrático e elegemos um governo popular.

O Lula pertence ao meu Partido, sim, e teve a coragem de encaminhar as reformas que o Brasil precisa, que tem apoio de pessoas do seu Partido e que teve 27 governadores acompanhando Lula até o Congresso, levando as reformas que o Brasil precisa!

Pode ser que haja mudança, sim, deputado Rossoni! Não estamos dizendo que o que está lá vai ser aprovado na sua íntegra, pode ser que mude algumas coisas que estão lá e se mudar, não vejo nada de errado.

Estamos vivendo num país democrático, sim, estamos com um Governo popular, sim, que sabe ouvir as pessoas, que sabe ouvir os Partidos e temos certeza de que as reformas que serão aprovadas para o Brasil serão as melhores reformas e as que o Brasil precisa.

Eu pertença a esse Partido, com muito orgulho! Defendo o PT, sim, defendo o Lula, defendo as reformas e se for necessário discutir e aprofundar, também defendo que possamos aprofundar melhor as reformas que lá estão.

Muito obrigada, senhor presidente e numa próxima oportunidade, deputado Rossoni, podemos aprofundar quais são as verdadeiras reformas, o que mexe realmente na Previdência, o que mexe na questão da Reforma Tributária: podemos responder melhor num tempo mais apropriado para isso, seja no Grande Expediente, seja no nosso Horário das Lideranças.

No princípio era isso, senhor presidente, muito obrigada!

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, V. Exa. abriu exceção para questão de ordem, não era em uma questão de ordem, foi praticamente um encaminhamento, eu gostaria que



V. Exa. tivesse a mesma complacência comigo para que eu pudesse... acho que não me fiz entender à deputada Luciana Rafagnin.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Questão de ordem, deputado Rossoni; espero que o mesmo tempo que a Luciana.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Vou ser mais rápido ainda.

Naturalmente, quero dizer à deputada Luciana que tenho o maior respeito pela deputada, pelo seu Partido e pelo presidente da República. Agora, questionamento nós temos que fazer, e é essa explicação.

Estou vendo a tensão aqui do presidente do PT, porque eu tenho lido a Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo, todos os jornais do País, e na verdade, nós queremos saber o seguinte: onde está aquele PT que denunciava o Fernando Henrique por querer roubar os aposentados deste País? A palavra usada era essa. Digasse de passagem, controvérsia é uma coisa que hoje já não faz mais parte, não incomoda mais ninguém.

O Lula fez um discurso, xingou o José Sarney, então presidente da República, da Nova República, como maior ladrão deste país, "batia" o Fernando Collor e o Maluf, diz que era mais que o Fernando Collor e o Maluf.

Agora, outro dia, pasmem os senhores, meu caro presidente do PT, eu me senti constrangido, lá no Maranhão ele falava das oligarquias, aplaudido pela Rosiane Sarney. Então, eu não consigo mais entender política! Tomara que eu esteja equivocado e que essas perguntas que eu me faço, esse posicionamento que estou tomando, até para que o PT aqui do Paraná e o próprio governador do Paraná, que também era contrário às reformas da Previdência, diga por que mudou, que assuma essa mudança e diga que o Fernando Henrique estava certo, porque senão nós não vamos ter aqui o debate.

E não tenha dúvida, Luciana Rafagnin, V. Exa. gozará sempre do meu respeito, o seu Partido e o presidente da República. Agora, o meu papel aqui é fazer cobranças, e continuarei fazendo, mais gostaria que esse debate fosse alegre e salutar.

**O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)**

Senhor presidente.

Deputado Rossoni, que já mudou de posição ideológica e política, porque já foi PDT, foi do PTB e agora ingressa no PSDB com toda energia para fazer o bom debate, entendo que a questão da Previdência não pode ser debatida em três minutos.

Portanto, senhor presidente, nós vamos fazer esse debate proximamente, acredito que a questão previdenciária é vital para o País! Não dá para debatermos em três minutos, nem em uma questão de ordem, bem no tempo da Liderança.

Vamos promover esse debate, enfrentar as incoerências e enfrentar também a evolução dos tempos.

O deputado Rossoni, que já fez as alterações ideológicas, talvez esteja postado agora para fazermos um debate razoável PT e PSDB.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Horário destinado às Oposições.  
**(Declina)**

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Questão de Ordem)**

Presidente, solicito a questão de ordem para fazer o registro, na tribuna de honra, do presidente da Associação Comercial de Bandeirantes, Celso Silva, que acompanha os trabalhos aqui.

Faço em meu nome e em nome do deputado Hermas Brandão.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Horário destinado à Liderança do Governo.

Com a palavra, o senhor deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Novamente hoje estamos discutindo duas questões importantes: uma, a questão da Reforma da Previdência, levantada pelos nobres visitantes que estão em nossa Assembléia, que é o Fórum de Defesa dos Servidores Públicos Federais e Públicos das Unidades da Federação, que desejam abrir essa discussão não somente com os deputados estaduais, mas também com os deputados federais do nosso Estado do Paraná.

Sejam bem-vindos. Vamos garantir todo espaço para que essa discussão seja travada com a maior transparência possível, a respeito do projeto que está tramitando no Congresso Nacional. Nós não temos a pretensão de que o projeto enviado para o Congresso Nacional já esteja praticamente todas as suas formulações acabadas com o envio do projeto à Câmara e ao Senado.

O processo de discussão começa agora, os Partidos, os deputados estão emendando, discutindo com os setores da sociedade e nós pretendemos sair deste processo de discussão a respeito das reformas, com um consenso da Nação expresso pelo Congresso Nacional em algo que possa garantir os direitos dos servidores públicos federais e estaduais do nosso País, e ao mesmo tempo realizar as reformas que o sistema previdenciário brasileiro precisa para que tenha a garantia de poder, no futuro, corresponder àquilo que, todos aqueles que trabalham durante os seus trinta e cinco anos, ou o período que for consignado na formulação do Congresso, esteja com seus direitos garantidos.

Sejam bem-vindos! Para nós o debate só enriquece a nossa convicção a respeito das teses em discussão.

Outro tema em discussão levantado pelo deputado Jocelito Canto, pelo deputado Plauto Miró e deputado Ribas Carli, é a respeito da questão do ensino, sobretudo

o ensino do curso de Medicina da Universidade de Ponta Grossa.

O juiz ontem deu uma liminar suspendendo, em função da arguição do Ministério Público da cidade de Ponta Grossa, o decreto do governador do Estado. Essa é uma demanda jurídica e a quem compete tomar a decisão é o Poder Judiciário. Com certeza a Procuradoria Geral do Estado deve recorrer dessa decisão emanada pelo Poder Judiciário e o Tribunal de Justiça que é a última palavra, poderá nortear a ação do governo.

Se a pendência judicial determinar que o curso lá de Ponta Grossa deverá ser reaberto, o Governo do Estado vai acatar a decisão da Justiça e abrir o curso da Universidade de Ponta Grossa.

Mas é preciso dizer para os deputados estaduais que o curso de Medicina de Ponta Grossa infelizmente não tem previsão orçamentária. O governo que passou, do senhor Jaime Lerner, não fez previsão orçamentária, não há recursos e nem planejamento, nenhuma peça do ponto de vista da formulação do curso, das suas necessidades. Nem na Secretaria da Ciência e Tecnologia, nem na Secretaria do Planejamento, não há nenhum estudo de viabilidade da realização desse curso na Universidade de Ponta Grossa.

O que nós temos, única e exclusivamente, é apenas um estudo feito pela própria universidade, de uma projeção de gastos e de custos para implantação do curso. As salas de aulas começaram a ser construídas ainda na metade do ano passado, os laboratórios também começaram e agora no mês de janeiro, quarenta alunos se matricularam. A primeira turma do curso de Medicina!

É preciso dizer que para um curso de Medicina poder cumprir a sua função, é necessário a construção de um hospital universitário.

Ora, nós temos três universidades públicas no Paraná que tem complexos na área de saúde, sobretudo na área médica; a Universidade de Londrina, a Universidade de Maringá e a Universidade de Cascavel. Nós sabemos o que custa um hospital universitário, a sua concretização, a sua manutenção e o custo, para essas universidades. Somente em Londrina, perto de 68% dos recursos destinados à UEL, são consumidos pelo hospital universitário. Em Maringá, 70% dos recursos repassados pelo governo para a Universidade de Maringá, são hoje para manter o hospital universitário.

Pela projeção a frio, feita pela própria Universidade, sem nenhuma área de Governo estudando, nós teríamos que desembolsar perto de 54 milhões de reais para a construção de um hospital universitário na cidade de Ponta Grossa! O Governo não tem esse recurso! O Governo não tem 6 milhões e 800 mil reais para abrir uma Unidade Médica na Universidade de Maringá e para abrir um Hemocentro, que já está construído com todas as máquinas, com todo o equipamento que já foi comprado, na Universidade de Londrina!

No entanto, mesmo com todas essas argumentações, o Ministério Público entra com uma ação civil

pública e pede liminar. O juiz concedeu a liminar! Ora! É preciso dizer que o Tribunal de Justiça, na minha opinião, não deverá acatar essa decisão, em primeira instância, do Poder Judiciário de Ponta Grossa. E por que não deverá acatar?

Não assistimos, na República brasileira, o Congresso Nacional a fazer qualquer ato para determinar que o Executivo seja obrigado a construir uma ponte, possa ser obrigado a construir uma refinaria de petróleo, possa ser obrigado a construir uma unidade da área educacional! Não é próprio do Poder Legislativo e nem do Poder Judiciário fazer essa obrigação ao Poder Executivo!

A população, os eleitores, os cidadãos paranaenses, quando elegeram o governador do Estado, seja o Jaime Lerner, seja o Requião, ou quando elegerem o futuro governador, vão entregar esse poder discricionário em função das receitas e da despesa que o Governo tem, para que, em função do que estiver aprovado no orçamento, alocar os recursos para a realização deste ou daquele programa que o Poder Executivo bem entender.

Sabemos que esse poder discricionário, na República brasileira, compete ao Poder Executivo. A impressão que tenho - não sou jurista, mas acredito que a decisão do eminente juiz da cidade de Ponta Grossa, que concedeu a liminar, tenho impressão que não receberá guarida pelo Tribunal de Justiça.

Vamos discutir agora, na segunda fase das votações, depois que apreciarmos os projetos da pauta, vamos discutir o requerimento. O deputado Plauto Miró, deputado Jocelito Canto, que são lá de Ponta Grossa, estão solicitando que a Assembléia aprove um regime de urgência para a discussão de um projeto que está tramitando na Assembléia Legislativa. E qual é o projeto?

Um decreto legislativo, com a assinatura de alguns deputados, que tem o apoio de alguns deputados da Assembléia, para que a Assembléia Legislativa reveja a decisão do governador do Estado da suspensão do curso de Medicina na cidade de Ponta Grossa. O governador já me disse, já disse a outros deputados, a outros líderes que dão apoio ao Governo nesta Casa, que não tem a intenção de extinguir o curso. Momentaneamente, haja vista que a primeira turma iniciou agora no mês de janeiro, dos quarenta alunos, trinta e sete já assinaram o aceite para serem transferidos para estudarem o curso de Medicina na Universidade de Londrina, na Universidade de Maringá e na Universidade de Cascavel. Já foi resolvido esse problema dos estudantes de Medicina e o Governo do Estado, ao término deste ano, porque o que está em vigor, do ponto de vista da legislação, da peça orçamentária, é ainda o orçamento do Estado tendo conhecimento de toda a realidade financeira, podendo fazer um planejamento dos seus gastos em relação à Educação, em relação à Saúde, em relação ao Ensino Superior, em relação à Segurança, que é um problema sério em várias regiões do Estado do Paraná, o governador do Estado e a sua equipe poderão ter uma certeza maior de poderem apontar para a cidade de Ponta Grossa e para os Campos Gerais a possibilidade

da reabertura do curso, sendo, no mais tardar no começo do ano, ou senão, possivelmente no segundo semestre do ano que vem.

Então, é esse o entendimento! Nós não precisamos politizar algo que é facilmente entendível a respeito dos problemas que o Estado está trilhando.

O deputado Jocelito Cento disse que o povo de Ponta Grossa pode estar com saudades do ex-governador Jaime Lerner. Tenho certeza, deputado Jocelito Canto, que não somente o povo de Ponta Grossa pode estar com saudades do ex-governador Jaime Lerner. Aqui na Assembléia nós fizemos uma batalha dura, porque queriam fazer com que a empresa de energia elétrica do Estado do Paraná fosse vendida a preço de banana para um grupo de empresários internacionais do nosso Estado. Acho que o povo do Estado do Paraná não está com saudades do Jaime Lerner.

O povo do Estado do Paraná está, como se demonstra em todos os recantos do nosso País, satisfeito com a administração do governador Roberto Requião. Eu e muitos deputados, aqui, somos a favor do curso de Medicina na cidade de Ponta Grossa, porque os Campos Gerais têm uma bela universidade, que é a Universidade Pública da sua cidade. Todos os cursos da área das Ciências Biomédicas estão instalados e funcionando. O que precisa para completar esse ciclo, é o curso de Medicina.

No entanto, V. Exa. sabe que é o curso mais caro, para ser realizado no curso superior. Nós, o governo do Roberto Requião, do PMDB, vai com o dinheiro, os recursos e o planejamento realizar - não tenho dúvida nenhuma - esse sonho da cidade de Ponta Grossa.

Concedo um aparte ao deputado Jocelito Canto.

#### **O Sr. Jocelito Canto**

Agradeço o seu aparte e fiquei muito feliz com as suas palavras. Prestei atenção em dois momentos do seu discurso.

Primeiro, V. Exa. falou que o senhor e o governo são a favor do curso de Medicina. Isso é muito bom. Eu queria fazer uma pergunta, se a indagação que V. Exa. fez nesta tribuna, que a partir do ano que vem, o curso é reaberto em Ponta Grossa, essa é a palavra do governador Roberto Requião. O governador dá a palavra à cidade de Ponta Grossa e aos Campos Gerais, que esse ano o curso está parado. O governo se capitaliza, busca, coloca no orçamento, dinheiro para o ano que vem. O senhor dá a palavra do governador Roberto Requião, que ano que vem reabre? Foi o que entendi do seu discurso.

Acredito na sua palavra, o senhor é o líder do governador. O senhor disse aqui que este ano pára o curso e no ano que vem o governo volta com o curso de Medicina em Ponta Grossa! Se V. Exa. confirmar e o governador disser a mesma coisa, sou, a partir de hoje, a favor de voltar o curso no ano que vem. A palavra sua, que eu acredito, que nunca nos faltou com a verdade, que é uma palavra muito poderosa, no Estado do Paraná e, aqui, na Capital do Estado, principalmente.

Eu gostaria de indagar a V. Exa.: é a palavra de quem? É a palavra do governador? Se for a palavra do governador Requião, se for público para nós, tenho a certeza que a cidade de Ponta Grossa vai esperar um ano. Vou trabalhar e conduzir, deputado Vanhoni, que a cidade espere até o ano que vem. Tem que ter uma palavra sua e uma palavra do governador, que no ano que vem o curso será reaberto do mesmo jeito que estava.

Se o governador der a palavra, peço ao deputado Plauto que retire neste momento o requerimento apresentado aqui, porque ainda acredito na palavra do Requião. Se ele der a palavra que no ano que vem volta o curso de Medicina e que, legalmente, todos os estudantes que estão na Universidade Estadual de Ponta Grossa podem voltar no ano que vem, terão juridicamente essa condição, sou a favor de acabar com a polêmica, hoje, aqui. Sou a favor de acabar com essa discussão, que está colocando o governador em uma situação difícil, em Ponta Grossa.

Sou defensor que o curso volte no ano que vem, mas que se tenha a sua palavra, em nome do governador. Não se precisa de cartório. Acho que o governador ou dá a palavra ou não! É a palavra do governo? O governo assume o compromisso de honra, de palavra - como diz o povo - de macho, que no ano que vem vai colocar o curso de Medicina, em Ponta Grossa?

#### **O Sr. Plauto Miró Guimarães**

Um aparte, deputado.

**(Assentimento)**

Para ilustrar essa posição: o problema é financeiro, é dinheiro que não tem no caixa. Pelo que escuto, é que o outro governador, segundo o senhor fala, não deixou os recursos. Não precisa colocar um tostão, este ano, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, para o curso de Medicina. Não precisa liberar nada. A Câmara Municipal de Ponta Grossa, o senhor presidente colocou à disposição suas economias. Ela tem um milhão e setecentos mil reais em caixa, que economizou do seu orçamento, está guardadinho.

A Câmara passa por intermédio da Prefeitura para a Universidade e o Governo do Estado não precisa colocar nada este ano, um tostão. Se vocês garantirem que no ano que vem abre, resolvemos o problema na cidade, com recursos da Câmara Municipal...

#### **O SR. ÂNGELO VANHONI**

Deputado Plauto, o seu argumento - eu pediria a compreensão do deputado Hermas Brandão, porque este é um tema importante....

#### **(Vozes paralelas)**

é um tema sobre a educação pública do ensino superior do nosso Estado.

#### **O Sr. Plauto Miró Guimarães**

Estou achando que é político o problema, presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não, de nossa parte pode ter certeza que não.

**O Sr. Plauto Miró Guimarães**

Então libera, libera para que a universidade se viabilize este ano.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Infelizmente eu não me candidatei a governador do Estado e não posso aqui dizer em nome do governador do Estado, porque esta decisão ainda não tem a convicção e nem tem o ato expresso no seu decreto de extinguir o curso de Medicina da Universidade de Ponta Grossa. O Governador foi muito claro na sua mensagem à Assembleia Legislativa e à Universidade - o curso está suspenso por uma questão financeira, não relativo a este problema, deputado Plauto, para manutenção do curso este ano, mas porque em 2005 o Estado tem que construir um hospital universitário.

**O Sr. Jocelito Canto**

Mas o Requião tem o compromisso de campanha em Ponta Grossa que vai construir um hospital regional. Pode ser o mesmo!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deixa eu lhe responder. O que é que o governo pretende fazer: o governo neste ano, ao término do ano, acompanhando a evolução financeira, o senhor sabe que o Governo está enxugando dinheiro, está destruindo, determinando o corte de vários contratos na administração pública, fazendo com que a Receita do nosso Estado fique capitalizada, para que algumas diretrizes do ponto de vista programático possam ser implementadas a partir do ano que vem. Tendo esta convicção, a nossa esperança - e o meu desejo pessoal, é - que a cidade de Ponta Grossa possa ter um curso de Medicina.

Agora, gostaria de fazer um breve comentário - não vamos querer politizar, mas o curso, inclusive da sua cidade, deputado Jocelito Canto, o senhor não era deputado, porque o senhor se elegeu agora no mês de outubro do ano passado, nós aqui deputados estaduais, tivemos que ficar seis meses, seis meses com os professores universitários de todas as unidades do Estado do Paraná reivindicando melhoria de salários ao Governo do senhor Jaime Lerner, porque não tinha recurso orçamentário e de fato não tinha. O governo teve que fazer, depois de seis meses, e o deputado Ribas Carli vinha à tribuna e dizia que o governo não tinha dinheiro. O deputado Durval Amaral vinha à tribuna e dizia que o governo não tinha dinheiro. Prejudicaram seis meses a vida educacional da pesquisa, da ciência no Estado do Paraná inteiro! Foram para as universidades e disseram claramente - olha, o Estado não tem dinheiro - seis meses os professores em greve. Sabem o término disto o que aconteceu: A pressão da greve foi tamanha que ultrapassou o natal, ultrapassou o Ano Novo, entrou o período de férias do mês de janeiro

e depois disto o governo teve que ceder e remanejar verbas de outras rubricas no orçamento para conseguir melhorar um pouco o salário dos servidores.

**(Vários senhores deputados pedindo aparte, ao mesmo tempo)**

Sabem como que aconteceu isso? Então eu pergunto: tinha verba naquele momento, durante os seis meses ou não tinha verba, ou o deputado Ribas Carli estava usando de um artifício apenas para não ceder....

**(Vários senhores deputados pedindo aparte, ao mesmo tempo)**

Infelizmente, deputado Durval Amaral. V. Exa. poderá fazer uso amanhã do horário da liderança das Oposições e nós poderemos travar um debate muito rico a respeito de quem tem saudade do Jaime Lerner e quem não tem saudade do Jaime Lerner.

Muito obrigado e até amanhã.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Na eloquência, o nobre líder do governo, Ângelo Vanhoni, traz à memória do que nós discutimos nesta Casa. Realmente nós, por diversas vezes, no diálogo com os professores, fazíamos colocações que não tínhamos rubrica orçamentária, que a arrecadação daquele ano estava comprometida, não é isto, deputado Durval Amaral.

Agora, hoje é uma situação completamente diferente, nobre deputado Vanhoni. Os recursos estão consignados no orçamento. A lei orçamentária é a Bíblia financeira do Estado e nós aprovamos esta lei do orçamento. Nós fazemos as correções da Bíblia e fazemos a aprovação. Os recursos estão consignados para a Universidade Estadual de Ponta Grossa, e o que é mais importante, a arrecadação do Estado do Paraná é crescente! É crescente. No primeiro trimestre, a arrecadação do ICMS do Estado do Paraná é 20% superior, real, superior ao primeiro trimestre do ano passado! Então eu quero aqui deixar muito claro que essas justificativas do nobre líder Vanhoni, por mais que sejam elaboradas, que sejam profundas, não são verdadeiras, porque recurso o Estado tem!

Essa outra história de dizer que o Estado tem que economizar, nós sabemos que o Estado tem que economizar então, deputado Vanhoni, a arrecadação do Estado, porque o senhor com a sua eloquência, com a sua sabedoria, com seu discernimento, com a sua peculiaridade em explicar bem os fatos, não nos traz aqui, porque nós estamos ansiosos pela prestação de contas do primeiro quadrimestre. O senhor diz que o Estado não tem dinheiro, o senhor poderia já trazer um balancete e nós verificarmos.

Eu digo aos senhores se o Estado não tiver recurso para bancar o curso de Medicina, se a arrecadação do

Estado não for crescente eu retiro o meu apoio a esta luta! Agora, nós vamos verificar a Receita do Estado, nós vamos verificar se o Estado está arrecadando mais ou não, porque os recursos estão consignados no Orçamento e o Estado, o Governo, só tem que cumprir o Orçamento.

Ponta Grossa não está pedindo remanejamento de verba, não está pedindo suplementação de verba, a Universidade de Ponta Grossa só está pedindo que se cumpra o que está na Lei Orçamentária.

Então, deputado Vanhoni, um pedido que eu faço: traga para que nós possamos fazer a avaliação, os valores da arrecadação, porque no Orçamento já constam estes recursos para a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, é o seguinte: não dá para atender o deputado Ribas Carli, o deputado Valdir Rossoni e o deputado Durval Amaral. O ano passado, quando os professores ficaram em greve seis meses, eles vinham para a Assembleia Legislativa um dia antes de começar a greve e diziam que o Paraná era o Estado industrial mais forte do país, que tinha a maior arrecadação de todos os tempos da história. Diziam que tinha ultrapassado o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais e que era o melhor Estado da Nação!

Depois, quando os professores entraram em greve, eles diziam o seguinte: - “Não tem um centavo para dar aumento para os professores, nós não podemos comprometer as receitas do Estado. O que precisamos fazer é que o Estado do Paraná, que tem quatro universidades públicas estaduais, vá pedir para o Governo Federal a federalização porque nós aqui já estamos sacrificados com muitas universidades, já gastamos 380 milhões!

Agora que nós estamos dizendo “Olha, o curso... eu lhe desafio o seguinte - traga o orçamento aqui onde tenha a rubrica para a construção do hospital universitário

**(Tumulto, aplausos)**

pode trazer a dotação do hospital universitário e aonde está o recurso, pode trazer e eu peço que a nossa Bancada de apoio, vote favorável.

**(Tumulto, aplausos)**

#### O SR. PRESIDENTE **(Natálio Stica)**

Está assegurada a palavra ao deputado Vanhoni.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

... pode trazer, eu quero ver o dinheiro para construção....

#### O SR. DURVAL AMARAL

Eu vou ler, eu vou ler...

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

No orçamento o hospital universitário....

#### O SR. DURVAL AMARAL

Não mude a palavra, Vanhoni,

**(Tumulto)**

O orçamento deu 95 milhões para a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

#### O SR. JOCELITO CANTO **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu gostaria de dizer ao deputado Vanhoni que ele acaba de liberar a bancada para votar a favor do curso de Medicina em Ponta Grossa, pela única palavra, senhor presidente, senhores deputados, se não está no orçamento, viu, deputado Vanhoni, se não estiver no orçamento o Hospital Universitário, está o compromisso de campanha do governador Roberto Requião, que disse em Ponta Grossa que lá faria o Hospital Universitário! E trago a fita aqui, se precisar. No Orçamento não sei se está, mas a palavra do governador está gravada e eu trago a fita; a hora que V. Exa. quiser!

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

O governador disse que se tiver recursos, foi o que falou também lá em Guarapuava, se tiver recursos ele pode realizar!

#### O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Com a palavra, pela ordem, o deputado Plauto Miró.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, o Joarez foi buscar o orçamento, deputado Ângelo Vanhoni. Tem seis milhões e meio de reais consignados no Orçamento do Estado que o Secretário da Fazenda, junto com o Secretário da Ciência e Tecnologia, no final do ano passado, colocaram no Orçamento - quando o Executivo o estava elaborando e esse Orçamento veio para a Assembleia e o senhor, Ângelo Vanhoni, e todos os deputados da Situação da Oposição votaram a favor, aqui, no Plenário! O José Maria está confirmando, aqui, que tem, sendo que, dos seis milhões e meio de reais, Vanhoni, tem 5 milhões para o Hospital Universitário e 1 milhão e meio para a parte acadêmica!

**(Discussões paralelas)**

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI **(Pela Ordem)**

Queria dizer aqui, para o deputado Ângelo Vanhoni, que a rubrica orçamentária existe, o recurso está assegurado, o Estado tem o dinheiro em caixa porque já tem uma suplementação de arrecadação. A arrecadação está maior do que foi orçada.

Agora, deputado Vanhoni, quero dizer o seguinte: o senhor vai perder a discussão, porque o recurso está assegurando no Orçamento do Estado, está ali na nossa Bíblia. E quanto a Guarapuava, deputado Vanhoni, tem

imagem e som. Não é o som. Tem imagem e som do então candidato Roberto Requião, dizendo: 'Se eu for eleito governador, em seis meses estará instalado o Curso de Medicina! Eu quero ver se ele honra a palavra, quero ver se ele vai honrar a palavra em Guarapuava, porque tem a fita. Vamos passar aqui. Vou pedir ao presidente, vamos alugar um datashow e vamos passar aqui no plenário a imagem, a voz do governador dizendo que ia implantar o Curso de Medicina.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Tadeu Veneri.

**O SR. TADEU VENERI**

Senhor presidente, senhores deputados. Serei breve, apenas uma preocupação. Estou acompanhando o debate que os senhores deputados estão fazendo, e só tenho uma preocupação com relação a isso. Quando argumentamos que o Orçamento do Estado vem crescendo e por conta disso, nós, obviamente, aqueles que defendem que o curso de Medicina seja implantado já, argumentam que por conta do aumento da Receita poderíamos fazê-lo.

Só gostaria de deixar registrado que nós temos, apesar do aumento de Receita, temos problemas: o salário dos professores, problemas com rodovias, problemas de infra-estrutura, problemas de saúde, problemas de segurança.

Então, acho que não podemos direcionar o debate todo como se o aumento da arrecadação significasse, automaticamente, que nós vamos ter um curso. Acho que isso é um equívoco, não é esse o debate que nós precisamos fazer. Acredito o debate que temos que fazer é se há ou não possibilidade de ter o curso. Até porque, se não houvesse aumento de arrecadação, mas houvesse no Orçamento, de fato, a necessidade, nós teríamos que fazê-lo.

Não quero deixar que passe batido que se aumentarmos a arrecadação, vamos ter o curso. Acho que isso não é correto. Se aumentar a arrecadação tem que ter melhoria de vida para todo o Estado do Paraná e não apenas dirigido para uma única cidade, para uma única região.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra, pela ordem, deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, com toda a certeza, ninguém é obrigado a falar, mas o homem público vale pela palavra que tem. O Orçamento do Estado do Paraná diz assim - na página nº 204 - onde tive a honra de ser o relator da matéria e o deputado Fernando Ribas Carli membro, emendas do deputado Plauto e de outros parlamentares.

Diz assim: para a UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa, página nº 204, deputado Vanhoni, peço e requeiro as notas taquigráficas da palavra do deputado Vanhoni, para mim ele sempre honrou a sua palavra.

**(Lê):**

"Administração e manutenção do ensino superior da área de saúde, na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, está abreviado. Propiciar o início da construção..."

Só espero, deputado Vanhoni, que o senhor libere a sua bancada para que vote o regime de urgência, porque a sua palavra para nós é lei. Nós acreditamos na sua palavra.

E mais uma questão, só para concluir. Em momento algum durante a greve, e podemos pegar todas as notas taquigráficas aqui, do ano passado, qualquer um dos parlamentares da Base do Governo, defendeu o governo com relação à greve. Muito pelo contrário, ou que o governador não tinha recurso. Não tem nenhum pronunciamento de nenhum parlamentar dizendo que o Governo não tinha recursos para pagar o aumento dos funcionários. Era discurso do Governo; não era de nenhum parlamentar.

Então não venhamos atribuir essas palavras. Mas na hora em que a Assembléia foi convidada, na hora que a Liderança do Governo foi convocada pelos sindicatos, invoco aqui o testemunho do César Cangiano que é presidente do Sindicato de Londrina, da Estela, que é presidente do Sindicato de Maringá.

Em 72 horas de negociação, nós conseguimos pôr fim à greve das Universidades, apesar do discurso do Governo, que não tinha dinheiro para pagar o aumento! A Liderança do Governo e os deputados da Base do Governo, foram incansavelmente sobre o Governo e fizeram-no desembolsar 35 milhões para arcar com os recursos necessário para por fim à greve, que aliás, com suplementação orçamentária, inclusive aprovado pela Assembléia Legislativa, que aliás, eu esperava minimamente que esse também fosse o compromisso e a posição dos parlamentares agora que dão sustentação política ao Governo, fossem sobre o Governo, porque tem dotação orçamentárias, tem recursos, nós vamos ter a prestação do quadrimestre superavitar à Receita do Estado. Estamos com mais de 20% de crescimento real de Receita.

Isso é inquestionável. O Governo não faz se não quiser. Se quiser tem condições de fazer imediatamente, porque, se não tem recursos este ano, tem a palavra o deputado Plauto aqui, da Câmara Municipal de Ponta Grossa, disponibilizando os recursos para a continuidade do curso este ano.

Então é só esse esclarecimento.

Espero, aliás sempre tive em V. Exa. o homem de muita palavra, que pela sua palavra, pela fé pública que tem a sua palavra, com toda a certeza, desponta numa posição privilegiadíssima para disputar a Prefeitura de Curitiba.

Tenho certeza que a sua palavra para nós vale mais do que quaisquer notas taquigráficas. O senhor pediu para ler, está visto, está aprovado.

Muito obrigado!

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Apenas quero acrescentar uma questão que acredito que é de fundamental importância. Um candidato quando percorre um Estado e faz uma campanha eleitoral, tem o tempo suficiente e o deputado Durval Amaral que foi relator e o presidente da Comissão do Orçamento, pode até dizer se estou falando a verdade ou não. Foi dado toda a liberdade ao governador Requião, então eleito, para que ele fizesse orçamento, formatasse o orçamento da maneira que ele quisesse, em cima dos seus compromissos. Então, mesmo que não estivesse no Orçamento, isto não serve de justificativa. Por quê?

Lembro-me muito bem, numa reunião de liderança, junto com o presidente da Assembleia foi feito um acordo para que o governador Requião encaminhasse a esta Casa as emendas que ele assim desejasse, que nós faríamos da sua vontade as nossas emendas, para que ele pudesse implantar no Paraná os compromissos assumidos em campanha.

Então, para mim, não interessa, não vão influenciar no meu voto a questão do orçamento. O que me interessa, sim, é que o governador assumiu este compromisso. E, compromisso tem que ser honrado. Senão, vira norma esta questão de não honrar a palavra. Não pode virar norma! Tem que ser exceção!

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, e senhores deputados, ficarei de lado para a mesa, porque quero me dirigir ao deputado Plauto e ao deputado Durval e aos senhores deputados: são perto de 7 milhões consignados no Orçamento. Eu estive em Ponta Grossa, junto com os deputados Plauto Miró e Jocelito Canto e o que tem construído são as salas de aula, que já consumiram 4 milhões e pouco destes recursos e o Governo do Estado destinou mais 800 mil reais este ano, ainda. Salas de aula e dois laboratórios.

O reitor da Universidade me entregou um documento que, só o hospital universitário, são 54 milhões para a construção. E toda a problemática está no hospital universitário. Não está na construção de sala de aula simples e de dois laboratórios, que já estão, praticamente, concluídos. Não adianta usarmos subterfúgios. Não há recursos no Orçamento do Estado previsto para este ano para construção de um hospital universitário. Não há!

Noventa e cinco milhões já estão garantidos? O senhor sabe que não! O senhor foi relator do Orçamento! O senhor é um homem que entende de Orçamento! Não está, neste ano, o Orçamento do Estado para construir hospital universitário! O deputado Durval Amaral está usando de sofisma e a sua assessoria está induzindo para que este debate seja feito com bases falsas. Este dinheiro que está no orçamento, praticamente já foi consumido,

pela construção o ano passado e neste ano, pelas salas de aula, dois blocos, e por dois laboratórios. Segundo dados do próprio reitor, só para construir... são 54 milhões de reais para a construção do hospital universitário! Ora! Há uma distinção e V. Exa. sabe, porque frequenta a UEL, há uma distinção entre hospital universitário, que atende uma comunidade, que tem um centro cirúrgico, que tem um pronto-socorro, área de residência médica, várias áreas de excelência clínica, é um hospital e não construção de salas de aula e dois laboratórios, que serão de uso do curso de enfermagem, bioquímica e farmácia e para o curso de Medicina.

Por isto, deputado Durval, infelizmente, mantenho minha palavra e não libero nossa Bancada, porque não há no Orçamento a verba para construir 54 milhões do Orçamento do Estado! Isto seria impossível ser feito!

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Senhor presidente, não quero contraditar mais com o deputado Vanhoni, porque talvez no calor da discussão ele tenha dito o que não queria dizer.

Por isto, vou pedir ao senhor para que depois leia atentamente as notas taquigráficas, porque veja só: nós temos para a UEPG, 95 milhões. Destacado para a construção do hospital e implantação do curso, sete milhões e alguma coisa. O hospital universitário não se constrói em um mês, em um ano. É uma construção que leva tempo. Nada impediria, até porque o internato, se não me engano, tenho um sobrinho que faz Medicina, começa o internato no 4º ano. Quer dizer, seria muito tranquilo, porque o senhor falou que tem a boa vontade do governo em começar a partir do ano que vem.

Então, não quero polemizar com V. Exa, mas olha, talvez no calor da discussão o senhor tenha dito. Mas, fica na sua consciência.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

Pode requerer as notas taquigráficas: se tiver verba para construção de hospitais - o que não tem, e o governo só baixou o decreto; está na argumentação do decreto. O decreto só suspende, porque nos próximos três anos, o Governo vai ter que fazer empenho, lotação orçamentária para a construção de um hospital. Só os recursos para esse hospital sem a manutenção do curso, do laboratório, da finalização, das salas de aula, é na ordem de R\$54 milhões, é mais R\$15 milhões, quase que por ano, deputado Durval Amaral. Só para este ano está previsto um déficit de R\$432 milhões para o ensino superior. V. Exa. sabe disso porque conhece o Orçamento.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Senhor presidente, senhores deputados e deputadas, deputado Ângelo Vanhoni. Só para esclarecer as obras da construção do bloco de Medicina, a compra dos equipamentos do laboratório aonde os acadêmicos vão estudar, foi tudo feito com o Orçamento do ano passado. Porque foram comprados os laboratórios, a obra está na

fase final de construção, atrasou por causa moratória do senhor Roberto Requião. As empresas que estão construindo diminuíram o ritmo das obras e para começar o repasse e para construir tinha que ser no Orçamento do ano passado. E ficou tudo isso em restos a pagar.

Então o Orçamento do outro ano, deste ano tem esse valor que o deputado Amaral falou, acho que o senhor está com a cópia do Orçamento na mão, e uma parte desse recurso para o Hospital Universitário e a outra parte para a parte pedagógica. É, aonde as salas de aula vão receber melhorias para os acadêmicos estudarem.

Tem no Orçamento. Sua palavra, nós acreditamos.

**O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)**

Queria fazer uma proposição, senhor presidente, deputado Plauto e demais deputados e deputado Vanhoni. Acho que esta Casa aqui, não deu oportunidade ainda, para o reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa vir aqui. Nós vemos aqui seguidamente pessoas virem falar aqui neste plenário e trazer explicações.

Gostaria, com a presença de todos os deputados que o reitor da Universidade de Ponta Grossa viesse a esta Casa explicar o que está em andamento, mostrar aos senhores deputados o que foi feito até hoje, em Ponta Grossa, discutir, porque o nosso reitor é muito embasado tecnicamente no que faz, é um reitor muito direito e, eu tenho certeza que se ele vier a esta Casa, ele tirará muitas dúvidas de deputados que não sabem o que estão dizendo.

Volto a dizer mais uma vez, deputado Anibelli, deputado Vanhoni, volto a dizer, o governador Roberto Requião no seu ímpeto de querer fazer aquele momento de cortar isso, de derrubar aquilo, fazer mídia, acabou cometendo uma injustiça com o curso de Medicina de Ponta Grossa, muito grande.

Ele colocou o elefante dentro da casa quando era pequeno, agora ele quebrou; ele não sabe como tirar o elefante sem quebrar a casa. Essa que é a verdade.

A situação é difícil, hoje, em Ponta Grossa. Volto a repetir aqui, o governador está se expondo de uma maneira que não precisava.

Queria requerer, senhor presidente, que esta Casa permitisse, que o reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa viesse a esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

O senhor pode requerer se o Plenário aprovar.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Estou requerendo.

Vou fazer um pedido por escrito, senhor presidente. Pediria à assessoria que o fizesse. Eu estou pedindo que o reitor venha a esta Casa, para que ele possa tirar dúvidas de deputados que não sabem o que a Universidade está fazendo. Nós não podemos julgar, até porque o governador não ouviu os deputados de Ponta Grossa, não ouviu a comunidade, não ouviu ninguém, simples-

mente deu uma canetada e acabou com o curso de Medicina e não deu o direito de defesa à nossa cidade.

O que queremos aqui é exatamente que ele prove que nós estamos errados. Que ele diga: “olha, está errado, por isso”. Mas ele não veio.

Quero fazer esta colocação, este pedido que na Sessão de amanhã, o reitor esteja aqui no Grande Expediente para que ele venha explicar as questões da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Aí sim, teremos embasamento técnico e legal desse caso.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Pela Ordem)**

Aqui foi dito pelo ilustre líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, que precisa de R\$54 milhões para a construção de um hospital universitário.

Quero dizer não só ao deputado Ângelo Vanhoni como a todos os senhores deputados. Eu sou profissional da área de saúde. 54 milhões de reais?

**O SR. RAFAEL GRECA**

Esse é o preço do Museu Oscar Niemeyer.

O Hospital do Bairro Novo, eu fiz por 3 milhões de reais.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Veja só, o seu aparte veio ao encontro das palavras que eu ia proferir, deputado Rafael Greca.

Tenho conhecimento da área da saúde e mais, nobre presidente Hermas Eurides Brandão, o Hospital Universitário de Ponta Grossa vai ser construído para atender 40 alunos, não é um “mastodonte”, não é um Hospital de Clínicas, não é um hospital que tenha que ter 300 ou 500 leitos, são leitos reduzidos nas diversas clínicas que compõem o hospital para dar suporte ao curso de Medicina.

Então, quero dizer a todos os senhores, está consignado no Orçamento 7 milhões e poucos de reais para este ano, para construção de 6 mil e poucos metros quadrados.

Então, quero dizer que o recurso é suficiente, e essa história, deputado Ângelo Vanhoni, de 54 milhões, é sonho, é, na verdade, um número que foi jogado para inviabilizar o fato, mas não precisa 54 milhões para construir!

**O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu gostaria de anunciar um consenso aqui entre o deputado Ângelo Vanhoni, o deputado Plauto e o deputado Jocelito: nós vamos retirar esse pedido de urgência.

Em contrapartida, esta Assembléia aprova a presença do reitor da Universidade de Ponta Grossa e sua equipe técnica, segunda-feira, no Grande Expediente, para explicar tudo o que os deputados têm dúvida, inclusive, podemos convidar o governador para vir aqui, já que “Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé”!



O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, retiramos o pedido de urgência para ser votado depois que o reitor tiver passado pela Assembléia para trazer, aqui, as explicações...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está retirado!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

A votação fica para segunda-feira.

O SR. ELIO RUSCH

Retira por dez Sessões.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Não, segunda-feira! Duas Sessões.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de anunciar a presença dos vereadores de Ivaiporã: Calói, Rei do Gado e Leonil Garcia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos também aproveitar para anunciar a presença do prefeito José Roberto Ruiz, por solicitação da deputada Cida Borghetti.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero registrar a presença da vice-prefeita de Nova Santa Rosa, Salete Durrous que está hoje em companhia de diversas primeiras-damas do Oeste do Paraná, visitando a Assembléia. Parece-me que até visitaram o nosso presidente Hermas Brandão. Tivemos, na manhã de hoje, uma reunião com as primeiras-damas.

Quero apenas dizer o seguinte, senhor presidente: acho que esse pré-entendimento que está existindo entre os deputados Plauto Miró, Jocelito Canto e o Líder do Governo, Ângelo Vanhoni, em retirar por duas Sessões o requerimento que pede regime de urgência para a vinda do reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, vai esclarecer todas as dúvidas e dá, exatamente, tempo suficiente para vermos as notas taquigráficas o que o líder do Governo tem proferido no início, quando o deputado Ângelo Vanhoni disse que se estivesse no orçamento uma rubrica orçamentária garantindo alguns recursos para construção do hospital universitário, ele iria liberar sua Bancada e votaria pelo regime de urgência.

Como nós vamos ter a presença, deputado Ângelo Vanhoni, do reitor da Universidade de Ponta Grossa, podemos ver as notas taquigráficas, aquilo que V. Exa. falou no começo, temos certeza que após a explanação do reitor mais a votação do requerimento, ele será aprovado, e nós vamos votar, imediatamente, esse decreto legislativo que cancela o decreto do governador.

O SR. ANDRÉ VARGAS (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero pedir escusas e licença para nós, deputados da CPI do Pedágio, podermos nos retirar, pois estamos meia hora atrasados e o Dr. Tizzot nos aguarda.

Portanto eu, presidente da CPI, retiro-me da Sessão, juntamente com os deputados Plauto, Rossoni, Traiano, Barbosa, Bradock e Duílio Genari.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos deputados Carlos Simões, Ailton Araújo e Jocelito Canto, constantes do expediente, indicando o nome de deputado para exercer a liderança da Bancada do PTB, nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 42/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente, sugerindo que a distribuição de água tratada e os serviços de esgoto sejam realizados pela Sanepar na cidade de Rio Branco do Sul. **À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

Indicação nº 43/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente, sugerindo que o município de Cantagalo passe a pertencer ao Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul. **À Comissão de Educação, Cultura e Esportes.**

Indicação nº 44/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente, sugerindo a implantação de um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros com sede em Rio Branco do Sul. **À Comissão de Segurança Pública.**

Indicação nº 45/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente, sugerindo a construção de um ginásio de esportes na cidade de Rio Branco do Sul. **À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

Projeto de lei de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos deputados Doutor Luciano e Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos deputados André Vargas, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Elton Carlos

Welter e demais deputados devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, com apoio dos deputados Nelson Garcia e Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral com apoio dos deputados Nelson Garcia, Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. Necessita de apoio.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1045, de autoria dos deputados Valdir Rossoni, Luiz Accorsi e Nelson Garcia, constante do expediente, comunicando à Presidência desta Casa as filiações ao PSDB nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 13.131, de 16 de abril de 2001, que autorizou o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Ibiporã. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. EMENDA DA COPTC. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a Emenda.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas (ex-Proposição nº 023/2003), que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de abril de 2003, conforme Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1.409, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1010, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1017, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1019, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO

Nós vamos retirar o projeto do título do Lula, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. foi quem fez o requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO

Quero que o senhor leia o requerimento. Faço tantos projetos e gostaria que o senhor dissesse qual.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito o adiamento do requerimento na forma regimental para ser discutido amanhã.

O SR. JOCELITO CANTO

Esse requerimento é que nós concedemos o título de Cidadão Honorário ao Lula e que o pessoal do PT pediu para retirar. Estamos retirando, em respeito ao PT.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então, está em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 1021, de autoria da deputada Luciana Rafagnim, constante do expediente.

Requerimento nº 1038, de autoria dos deputados Reni Pereira, José Maria Ferreira e Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. RENI PEREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, gostaria de, em breves palavras, explicitar aos demais pares do que se trata o requerimento, de co-autoria com o deputado José Maria e o deputado Durval Amaral.

Na verdade estamos sugerindo e requerendo a esta Casa que transforme a Ata da Sessão Especial do dia de ontem, onde se tratou da Reforma Tributária, para que ela se transforme explicitando aos deputados federais da Bancada paranaense as intenções e também os anseios do povo paranaense, através das entidades promotoras da audiência de ontem, bem como das entidades que participaram, porque aqui estiveram presentes os representantes dos municípios do movimento Pró-Paraná, das entidades produtivas do Estado e também das entidades de classe. E todos puderam discursar e explanar as suas sugestões.

Então, esse requerimento visa transformar a ata do dia de ontem em um documento oficial para ser encami-

nhado, tendo em vista que o tempo urge na questão da reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 1013, 1027 a 1029, de autoria do deputado André Vargas, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1025 e 1026, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1030, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1032, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1041, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 1043 e 1046, de autoria do deputado Natálio Stica, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1044, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1047, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1048, de autoria dos deputados Plauto Miró Guimarães e Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Para discutir, senhor presidente.

O SR. ELIO RUSCH

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se na forma regimental.

Pela ordem, deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Entendo que foi feito um acordo, um entendimento entre os deputados de Ponta Grossa, Jocelito Canto, Plauto Miró e os deputados Durval Amaral e o Líder do Governo. Que eles iriam retirar da Ordem do Dia de hoje do requerimento, pedindo regime de urgência do decreto, desde que a Assembléia votaria um requerimento convidando o reitor da Universidade de Ponta Grossa.

Foi feito esse entendimento, pelo meu entender. Não participei dessa negociação, mas pelo Plauto, pelo Jocelito e pelo líder da Bancada do Governo, o deputado Ângelo Vanhoni, que responde pela Bancada do Governo, junto com o deputado Durval Amaral.

Foi retirado o requerimento pedindo regime de urgência que visa derrubar o decreto do governador, através de um decreto legislativo.

Agora, se retira o requerimento, entra-se com um requerimento para convidar o reitor da Universidade de Ponta Grossa, e vem o líder do PMDB pedir discussão, adiamento desse requerimento!

Não existe mais palavra? Não existe mais negociação?

Entendo que se o líder do Governo fala em nome da sua Bancada, junto com os deputados de Ponta Grossa, foi feito um entendimento e isso foi um acordo e acordos quando são feitos no Parlamento, devem ser cumpridos. Pede adiantamento para quê? Encareço ao líder do PMDB, deputado Antônio Anibelli, que retire essa sua discussão e que votemos o requerimento com base no acordo feito - corrijam-me por favor os deputados de Ponta Grossa: Jocelito Canto, Plauto Miró e o líder da Oposição, Durval Amaral.

Se estou errado, retiro tudo o que falei agora. Se houve entendimento com o líder do governo, aqui, na Assembléia, tem que ser respeitado. Senão, não adianta ter Parlamento.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Estou discutindo aqui com o deputado Ângelo Vanhoni e o que queremos dar oportunidade a esta Casa a tantas pessoas de virem aqui expor. Estamos diante de um problema muito grave.

Eu gostaria de solicitar a esta Presidência, ao deputado Antônio Anibelli, pelos votos que fez em Ponta Grossa, vamos deixar o reitor vir a esta Casa explicar! Estão falando que é politicagem! Vamos trazer o reitor que é um homem técnico, para vir aqui explicar aos deputados, a questão legal.

E, depois da palavra do reitor, vamos votar um regime de urgência e votar o projeto, o decreto, mas vamos dar a oportunidade ao reitor da Universidade de vir a esta Casa segunda-feira e explicar!

O que é que há? Alguma coisa contra? Estão com medo do quê? Ninguém tem medo de ninguém!

Gostaria de pedir ao deputado Antônio Anibelli que retirasse o seu pedido, para trazermos o reitor. Que, dentro da sua democracia, V. Exa. que é um dos mais experientes deputados desta Casa, que desse essa oportunidade ao nosso reitor.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Senhor presidente, não participei do entendimento e abro mão do pedido de discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Verificação de votação.

O SR. ELIO RUSCH

Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao deputado Neivo Beraldin 1º secretário, que proceda à chamada dos senhores parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Neivo Beraldin**)

(**Procede à chamada nominal**)

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero reiterar ao nobre deputado Antonio Anibelli, que teve a grandeza, que aliás são típicos de sua personalidade, sempre um homem com alto espírito público, que efetivamente tinha feito um pedido anterior para discutir, retirou o pedido de discussão, e agora pediu a verificação de votação!

Faço um apelo a V. Exa. para que deixe passar o requerimento, porque o intuito é só de manter um entendimento que foi firmado entre as lideranças, nobre deputado.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Senhor presidente, se abirmos mão de tudo, é impossível! Quem quer aprovar está presente.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Acho que não é abrir mão de tudo, deputado Antonio Anibelli. Foi feito um entendimento e todos os requerimentos foram votados. Ninguém pediu verificação de votação em todos os requerimentos.

(**Vozes paralelas**)  
(**Tumulto no plenário**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está suspensa a Sessão por três minutos. Convido os líderes da Oposição, do PMDB, e da situação para um “parlamento”.

(**Suspensa a Sessão por três minutos**)

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, comunico a V. Exa, que estou retirando a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento formulado pelos deputados Plauto e Jocelito para convocação do reitor Paulo Godoi.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Informo aos senhores parlamentares que participaram da votação, não poderão se retirar. Se retirarem, será contado o seu voto.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

A Liderança do Governo está liberando a Bancada do Governo para decidir a respeito da convocação do reitor.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu solicito aos senhores parlamentares que se dirijam aos seus lugares para que possamos fazer a verificação de votação.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, para registrar a presença na nossa Casa do presidente da Associação Comercial e Industrial da cidade de Bandeirantes, Celso Silva.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já tinha sido registrado anteriormente, mas registramos novamente a presença do Celso Silva.

Solicito aos senhores Parlamentares que se dirijam aos seus lugares para que possamos proceder a verificação de votação.

Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Vinte e quatro senhores deputados aprovam. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Quatro senhores deputados contrários.

Está **aprovado** o requerimento.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Na verdade, quero justificar o meu voto, senhor presidente, porque não é possível, a Casa do povo proibir aqui a vinda do reitor de uma Universidade pública!

Por isso, votei e parabeno aqueles que votaram pela convocação aqui, pela vinda do reitor.

A SRA. ELZA CORREIA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de igualmente justificar o meu voto pelo exercício que tenho procurado manter ao longo da minha vida, da democracia, eu fico impossibilitada, neste instante, mesmo contrariando o líder do meu Partido, votar contra a vinda do reitor a esta Casa.

Neste sentido, eu acho importante que ele venha, manifeste-se, apesar de manter a minha opinião em relação ao assunto.

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar, senhor presidente, não apenas em meu nome mas da Bancada do PT, todos nós votamos a favor da vinda do reitor a esta Casa.

O SR. DOBRANDINO SILVA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, para justificar meu voto contrário.

Acho que é bem-vinda a presença do reitor aqui na Assembléia, mas me parece que é mais para coagir a nossa consciência. Eu tenho opinião formada; estou votando com a proposta do Governo, do meu Partido, o que ele está defendendo eu defendo e não mudo de posição por presença de ninguém nesta Casa!

**O SR. RATINHO JÚNIOR (Pela Ordem)**

O Bloco Independente também votou a favor pela vinda do reitor.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Senhor presidente, acho que a vinda do reitor aqui não é coagir ninguém, é uma questão de liberdade, democracia e do direito da nossa universidade falar, porque até aqui, nesse processo todo, nós vivemos alheios às decisões do povo de Ponta Grossa e dos Campos Gerais. A vinda do reitor aqui, que é um homem capacitado, tenho certeza que vai tirar muitas dúvidas dos deputados.

Quero cumprimentar todos os deputados que votaram a favor. Acho que quem votou a favor da vinda do reitor está votando a favor da democracia e a democracia tem que permanecer. Afinal nós estamos acompanhando aí, há muito tempo, fatos que nos machucam, na cidade de Ponta Grossa.

**O SR. NATÁLIO STICA**

Só para que não parem dúvidas neste plenário, nós votamos pela vinda do reitor a esta Casa que é um exercício da democracia. Que eu saiba ninguém votou pela decisão do projeto em questão. Esse será objeto de discussão no futuro.

**O SR. PLAUTO MIRÓ**

Senhor presidente, senhores deputados é de suma importância que o reitor Paulo Godoy possa vir a esta Casa, líder Ângelo Vanhoni, porque todas as questões que nós discutimos hoje aqui, de uma forma democrática mas veemente, vai ser possível tudo isso se esclarecer com a presença dele, amanhã.

Ele vai trazer os documentos e mostrar a real situação e o que é o curso de medicina da nossa Universidade, para ver que tem muita gente que está enganada a partir da hora que olhar, acompanhar e discutir pode ser que muitas opiniões mudem neste Plenário.

Votamos a favor e agradecemos a todos que votaram a favor para que o reitor venha aqui, mostrar a parte da Universidade.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 171/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 008, 082/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 001 e 003/2003.

Levanta-se a Sessão.

#### **Transcrição**

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS RENI PEREIRA, JOSÉ MARIA FERREIRA E DURVAL AMARAL, EM SESSÃO DO DIA 27/05/2003.

#### **COMISSÃO PARLAMENTAR EXTERNA DE REFORMA TRIBUTÁRIA SESSÃO ESPECIAL SOBRE REFORMA TRIBUTÁRIA**

#### **“Carta do Paraná”**

Nós, os representantes do Estado do Paraná, relacionados ao pé desta Carta, reunidos em Curitiba, em Sessão Especial para discutir a proposta de reforma tributária, tendo em vista o enfoque federativo regional e as contribuições apresentadas por expositores, debatedores e participantes, ponderamos, propomos e concluímos pelo seguinte:

A expectativa da simplificação do elenco de tributos propostas na PEC 41/03, ora em exame na CCJ da Câmara dos Deputados causa extrema sensibilidade à sociedade e impacto incalculável sobre cada unidade federada por não levar em conta a relevância do princípio constitucional federativo pela retirada da autonomia tributária, ferindo assim os fundamentos do Direito Constitucional moderno que assegura a partilha de competência da estrutura federativa implicitamente, ou, expressamente declaradas intangíveis pelo poder constituinte originário, no caso a Constituição de 1988, convertidas em cláusulas pétreas não passíveis de alteração sob pena de inconstitucionalidade.

Ainda nos termos divulgados, a expectativa da simplificação de todo o elenco de tributos, passa distante de uma redução na carga tributária almejada.

Na atual proposta apresentada e ainda não oficializada pretende-se a unificação da legislação do ICMS, definido por uma legislação simplificada e unificada em vez das 27 hoje existentes.

No lugar das atuais 44 alíquotas o novo ICMS terá até 5 alíquotas diferenciadas.

A proposta ainda mantém expressamente a mesma discriminação cravada contra o Paraná na Constituição de 1988, no tocante à tributação da energia elétrica ao fixar o princípio geral da cobrança do ICMS da energia elétrica, ou serviço no destino. Consta ainda a constitucionalidade

da Lei Kandir e não dá o mesmo tratamento ao fundo de compensação. Firma ainda a fixação do enquadramento das mercadorias e serviços nas alíquotas fixadas pelo Senado através do Confaz que é um órgão sem poder legislativo. Causa de Inconstitucionalidade?

Para agravar, nos Estados produtores de gás natural o regime de tributação será misto, isto é, a receita dos ICMS será partilhada entre o Estado produtor e o Estado de destino.

Cabe ao Paraná a mobilização para pleitear seus interesses evitando essa discriminação, fazendo prevalecer a nossa soberania, muitas vezes já abalada.

Diante do exposto, concordamos com as seguintes proposições:

- que não se perca a idéia central nas propostas a serem apresentadas, de ampliação do universo de contribuintes com diminuição e simplificação da carga tributária, criando alíquotas menores e progressivas, desonerando a produção que por certo aumentará a competitividade brasileira no mercado mundial, firmando o propósito de que todos pagando, pagam menos, e ainda, que seja dificultada a evasão fiscal;

- que o Congresso e a sociedade civil, antes de definir as mudanças na sistemática tributária estabeleçam de forma clara a distribuição das competências de governo nas instâncias básicas das relações entre Municípios, Estados e União, bem como os critérios de repartição dos tributos; dada a relevância da questão fiscal é matéria para todos os cidadãos brasileiros e para futuro dos entes federados, não comportando seja definida apenas por tecnocratas;

- que o imposto sobre consumo de bens pertença ao Estado de origem princípio consensualizado pelas sociedades contemporâneas que se organizam sob forma comunitária;

- que seja motivo de estudo, a viabilização do controle físico - fiscal por sistema informatizado, de forma a facilitar o fluxo tributário entre os Estados Federados;

- que se retire o parágrafo único do artigo 160 da Constituição Federal; por ofensivo à autonomia dos entes políticos subnacionais;

- que mudanças constitucionais assegurem a autonomia tributária de Estados e Municípios, para adotarem suas políticas fiscais de acordo com as possibilidades de sua realidade regional, sob o balizamento do interesse nacional em face da integração do Mercosul e da competitividade brasileira diante de uma economia crescente globalizada;

- que as reformas de ordem técnica respeitem o princípio universal da doutrina tributária segundo a qual a conveniência de recolher impostos reside na instância subnacional mais próxima do contribuinte; o que é pacífico no Direito Constitucional moderno que a partilha de competência é o “elemento nuclear” da “estrutura das federações” ou, da construção do poderes federais e quando implicitamente ou expressamente declaradas intangíveis pelo poder constituinte originário - converti-

das em cláusulas pétreas tal partilha, sob pena de inconstitucionalidade, não pode ser alterada pelo constituinte derivado. Consideramos que o PEC 41/03, afronta a partilha de poder ou de competências da Constituinte de 1987-88 retirando das Assembléias Legislativas dos Estados a competência para instituir o novo ICMS colocando-as na inaceitável condição de meras homologadoras da legislação constituída pelo Congresso Nacional;

- que se assegure previsão para as mudanças tecnológicas acarretadas pelo avanço das moedas cibernéticas e as possibilidades de arrecadação automática de tributos decorrentes do meio eletrônico;

- que a proposta da reforma tributária não traga perdas para a arrecadação dos Estados e também não aumente a carga tributária, mas, promova uma melhor distribuição de impostos;

- que não se perca a oportunidade de uma ampla reforma tributária e, que essa não trate apenas da legislação do ICMS.

- que seja regulamentada a chamada Contribuição de Intervenção Sobre Domínio Público (Cide) vetada no final do Governo Fernando Henrique Cardoso; que a Receita gerada através das 60 contribuições e 6 taxas hoje existentes, sejam repartidas entre os entes federados, representando o acesso dos Estados a uma parte dos 120 bilhões arrecadados pela União no ano passado, apenas com cinco contribuições: CPMF, Cide, Cofins, CSLL e PIS. Com a arrecadação apenas do “imposto do cheque” a União arrecadou no ano passado R\$23,7 bilhões, uma quantia bem superior aos R\$17 bilhões transferidos aos Estados por meio do FPE. (Fundo de Participação dos Estados). “Se as contribuições fossem impostos contemplariam os fundos de participação dos Estado e Municípios”. Hoje os recursos do FPE, (Fundo de Participações dos Estados), provém do que é arrecadado com o Imposto de Renda e com o IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados.

A proposta mantém expressamente a mesma discriminação cravada contra o Paraná na Constituição de 1998, no tocante à tributação da energia elétrica ao fixar o princípio geral da cobrança do ICMS da energia elétrica, ou serviço no destino. Consta ainda a constitucionalização da Lei Kandir e não dá o mesmo tratamento ao fundo de compensação. Firma ainda a fixação do enquadramento das mercadorias e serviços nas alíquotas fixadas pelo Senado através do Confaz que é um órgão sem poder legislativo.

Para agravar, nos Estados produtores de gás natural, o regime de tributação será misto, isto é, a receita do ICMS será partilhada entre o Estado produtor e o Estado de destino.

Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputado Hermas Brandão, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; deputado Osmar José Serraglio, relator da CCJ da Câmara Federal; secretário Heron Arzua, secretário da Estado da Fazenda, representando o Exmo. Sr. Roberto Requião, governador do

Estado do Paraná; deputado Reni Pereira, presidente da Comissão Parlamentar Externa da Reforma Tributária; Sr. Jonel Chede, vice-presidente do Movimento Pró-Paraná, representando o Ilmo. Sr. Francisco Cunha Pereira Filho, presidente de honra do Movimento Pró-Paraná; Sr. José do Carmo Garcia, presidente da ABM - Associação Brasileira dos Municípios e prefeito municipal de Cambé; Sr. Joarez Lima Henrichs, presidente da AMP - Associação dos Municípios do Paraná; deputado José Maria Ferreira, 1º secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; e deputado Geraldo Cartário, 2º secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

### **Ato da Comissão Executiva:**

#### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 201-A/2003**

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, tendo em vista a data comemorativa dos 150 anos de Emancipação Política do Estado do Paraná,

#### **R E S O L V E :**

Art. 1º - Instituir Comissão Especial destinada a organizar as comemorações alusivas ao 150º aniversário de Emancipação Política do Paraná, com a finalidade de estabelecer o calendário de ações e demais providências.

Art. 2º - A Comissão Especial do Poder Legislativo de que trata o artigo anterior será composta pelos membros relacionados em anexo.

Art. 3º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 26.05.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

SESQUICENTENÁRIO DO PARANÁ

Comissão do Poder Legislativo

LISTA ANEXA INTEGRANTE DO

ATO Nº 201-A/2003

I - Ex-Deputados Estaduais

II- Deputados Estaduais atuais

III - Personalidades Paranaenses

IV - Expoentes da Área Cultural

V - Representantes de Entidades Sociais e Empresariais

#### **VI - Servidores do Poder Legislativo**

RAFAEL GRECA

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Vice-Presidente

ABIB MIGUEL

Secretário Geral

#### **I - Ex-Deputados Estaduais**

Cesar Seleme

Erondi Silvério

Gilberto Carvalho

Igo Losso

Irondi Pugliesi

José Domingos Scarpelini

José Lázaro Dumont

Nilso Sguarezzi

Wilson Fortes

#### **II - Deputados Estaduais Atuais**

Ângelo Vanhoni

Arlete Caramês

Cida Borghetti

Elza Correia

Luciana Rafagnin

Hermes Fonseca

Nelson Justus

#### **III - Personalidades Paranaenses**

Antonio Borges dos Reis

Edésio Antonio Passos

Fernando Guimarães

Ivo Arzua Pereira

Jorge Miguel Samek

José Eduardo de Andrade Vieira

Luis Renato Pedroso

Luiz Carlos Borges da Silveira

Oswaldo Evangelista de Macedo

Reinhold Stephanes

Renato Guimarães Adur

Rodrigo Rocha Loures

Zilda Arns

#### **IV - Expoentes da Área Cultural**

Abdo Abbage

Adélia Castelã Rodrigues

Algacyr Morgenstein

Alzeli Bassetti

Anita Zippin Monteiro da Silva

Antonio Caron

Antonio Claret de Rezende

Aramis Chain

Benur Augusto Muniz

Chloris Casagrande Justen

Clotilde de Loures Branco

Clotilde Germiniani

Cremildes Ferreira Bahr  
 Eduardo Francisco Machado  
 Estela Sandrini  
 Gilza Strachman  
 Hélio de Freitas Puglielli  
 Israel Jaime Reis  
 Jaime Tadeu da Silva  
 João Dedeus Freitas Neto  
 Juan Francisco Otoyá  
 Kelly Katherine Lui Bettio  
 Lauro Grein Filho  
 Luiz Eduardo Veiga Lopes  
 Marcos Venitius de Almeida Muniz  
 Marilena Camargo Dutra  
 Nery Baptista  
 Olga Anna Walczewski Giopp  
 Roberto Novaes  
 Saul Dorval da Silva  
 Vânia Maria Souza Ennes

Celso Kava  
 David Campos  
 Evaldo Barbosa  
 Evaldo de Paula e Silva Júnior  
 Luciano Lacerda  
 José Carlos Pereira Portela  
 Rafael de Lala Sobrinho  
 Severo Sotto Maior

### Atas de CPI:

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e três, às 17h00, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Jogos Mundiais da Natureza, na sala de reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Fernando Ribas Carli, Elton Carlos Welter, Luiz Fernandes da Silva Litro. Dando início aos trabalhos o senhor presidente agradeceu a presença de todos, solicitando o máximo empenho dos assessores. Salientou que dia 14 do corrente mês será ouvido o representante da 2ª Inspeção e que é preciso, nessa próxima reunião, colher o maior número de informações possíveis para a continuidade dos trabalhos. Comentou ainda sobre os ofícios que foram encaminhados. Demais explicações e comentários foram realizados, tudo conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata, que vai assinada por ele e por mim, Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente  
 Everlei Terezinha Cleto - Secretária

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e três, às 10h00, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Jogos Mundiais da Natureza, no auditório, sob a presidência do senhor deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Fernando Ribas Carli, Elton Carlos Welter, Luiz Fernandes da Silva Litro. Dando início aos trabalhos o senhor presidente agradeceu a presença de todos, esclarecendo que vários ofícios foram encaminhados e a complementação da documentação deverá chegar em poucos dias. Salientou que a Comissão Parlamentar de Inquérito tem por finalidade apurar denúncias, não sendo intenção penalizar ninguém, mas realizar um relatório eficiente e

### V - Representantes de Entidades Sociais e Empresariais

Afonso Celso Koeller de Camargo  
 Ágide Meneghette  
 Cleverson Marinho Teixeira  
 Conceição Barindelli  
 Domingos Murta Ramalho  
 Elísio Marques  
 Eloy Zanetti  
 Fernando Fontana  
 Fernando Carvalho  
 Gilberto Larsen  
 Guido Guérios  
 Ivete T. Mion Bodaczny  
 Jofferson Nogarolli  
 João Formighieri  
 João Paulo Koslowski  
 Jonel Chede  
 José Alcides Marton da Silva  
 José Augusto Soavinski  
 José Carlos Gomes Carvalho  
 Luiz Anselmo Trombini  
 Marcos Domakoski  
 Mário Messagi  
 Paulo Gomes  
 Sérgio Butka  
 Ricardo Medeiros  
 Roberto Van Der Osten  
 Rubens Armando Brustolin  
 Sérgio Almeida  
 Sérgio Reis  
 Yara Cristina Eisenbach  
 Valmor Wessi  
 Valter Martins de Toledo

### VI - Servidores do Poder Legislativo

Antonio Carlos Barreto de Souza



minucioso de todo o ocorrido. Em seguida passou a palavra ao técnico da 2ª Inspeção do Tribunal de Contas, Mário José Otto, que relatou como foi executada a inspeção no canal da barragem. Demais explicações e comentários foram realizados, tudo conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Foi ainda sugerida a convocação de Carlos Maranhão para prestar esclarecimentos na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata, que vai assinada por ele e por mim, Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente  
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

### **Atas de Comissões Permanentes:**

#### **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e três, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Tadeu Veneri, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Alexandre Curi, Ratinho Júnior, Cida Borghetti, Rafael Greca e Barbosa Neto. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a finalidade de eleger o vice-presidente da Comissão. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome do deputado Rafael Greca que, assumindo o cargo para o qual foi eleito, agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Em seguida, o senhor presidente passou à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 103/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri. Relator deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL COM EMENDA - APROVADO. Na sequência o senhor presidente esclareceu sobre a Audiência Pública a ser realizada no dia 14 de maio, que tem por objetivo debater questões que envolvem o Sistema de Ensino do Estado do Paraná. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados, encerrando os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Solange Mann, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
Solange Mann - Secretária

#### **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões, a Comissão de Educa-

ção, Cultura e Esportes, presidida pelo senhor deputado Tadeu Veneri. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 210/2003, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 06/2003. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 227/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL COM EMENDA - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Solange Mann, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
Solange Mann - Secretária

#### **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e três, no Plenarinho da Assembléia, às 09h00, foi realizada reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência do senhor deputado Tadeu Veneri e contando com as presenças na mesa dos senhores deputados Pedro Ivo, Elza Correia, Chico Noroeste, Luciana Rafagnin e Ângelo Vanhoni, dos senhores deputados membros da Comissão, Alexandre Curi e Cida Borghetti, mais a presença do senhor deputado Elton Carlos Welter, que não faz parte da Comissão, mas contribuindo e muito nos honrando com sua presença nos trabalhos desta reunião, contando também, com a presença do secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, do professor José Rodrigues Lemos, presidente da APP-Sindicato, da senhora Eliane Senhoriño, inspetora do Tribunal de Contas do Estado; do senhor Sérgio Schemin, técnico do Tribunal de Contas; da doutora Hirmínia Dorigan de Matos Diniz, promotora de Justiça do Ministério Público; do senhor Sidney Cordeiro, coordenador do DIEESE e do senhor Ricardo Gomyde, presidente do Paraná Esporte. O senhor presidente deu início à Sessão agradecendo a presença de todos e em seguida teceu comentários sobre o objetivo desta reunião. Logo após passou a palavra ao Exmo. Sr. secretário Maurício Requião. Na sequência, os senhores deputados e participantes da Mesa também fizeram uso da palavra. Para encerrar, o senhor presidente destinou espaço para que fossem realizadas perguntas pelos senhores professores presentes, que em seguida foram respondidas pelo senhor secretário, conforme notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, eu, Solange Mann, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a

Ordem do Dia, quando o deputado Alexandre Curi apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 171/2003, que foi aprovada sem observações. Nada havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária